

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXVIII • Janeiro / Fevereiro / Março 2019 • Nº 103

SINDICALISMO MILITAR EUROPEU DEBATIDO EM LISBOA

Páginas 15, 16 e 17

31 DE JANEIRO
COMEMORADO EM TODO O PAIS

Páginas centrais



Pág. 5

Novos Órgãos Sociais
Tomam Posse

Pág. 18

A saga IASFA/ADM
continua

Pág. 20

45 anos
do 25 de Abril



EDITORIAL

Render da Guarda, Continuação dos Objectivos!

Quando, há quase trinta anos, os milhares de Sargentos reunidos no Pavilhão do Sacavense decidiram criar uma associação representativa da classe, sabiam que esse era um mecanismo essencial para a defesa das suas condições socioprofissionais.

Foi necessária uma enorme capacidade de resistir aos ataques que sofreram, materializados em processos disciplinares, punições, acusações injustas e afirmações distorcidas relativamente aos seus verdadeiros objectivos. Mas a tudo isso, os Sargentos resistiram, firmes na sua convicção de que aquele era o cami-

nho. E esse caminho levou, no início dos anos 2000, à discussão e posterior materialização de uma Lei Orgânica, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, a Lei do Direito de Associação Profissional dos Militares.

Dada a muito mitigada aplicação ou, na maioria dos casos, a total falta de implementação do preceituado desta lei, que se anunciou como uma vitória, mas que vozes avisadas sempre alertaram para os perigos escondidos na mesma, os Sargentos não podem desistir de procurar caminhos e soluções que reforcem o seu direito de participar activa e efec-

tivamente na construção do edifício legislativo que deve reger a sua carreira e as suas condições sociais e assistenciais.

Se dúvidas houvesse quanto à seriedade com que alguns interpretam a existência da lei de associação profissional dos militares, a afirmação de um anterior Secretário de Estado da Defesa Nacional, em sede de audição parlamentar, no passado dia 26 de Julho de 2018, duvidando de que tivesse de estabelecer um processo negocial com as associações profissionais representativas dos militares, não deixa quaisquer dúvidas de que existe a necessidade de procurar outros caminhos e outras soluções.

Neste ano em que se comemoram os trinta anos da ANS e em que agora tomaram posse novos órgãos sociais, os objectivos traçados continuam a ser os mesmos que há três décadas: defender as condições socioprofissionais, ser uma voz representativa dos Sargentos de Portugal, ainda que para tal, acompanhando os ventos da história, se tenham que encontrar outros caminhos e soluções, com resultados positivos, que já existem nessa mesma Europa em que tanto nos

dizem também estarmos inseridos.

E não será o enveredar por esses eventuais caminhos e soluções que colocará em risco a coesão e a disciplina no seio das Forças Armadas. Não! O que põe efectivamente em risco a coesão e a disciplina no seio das Forças Armadas é o populismo com que diversos actores políticos procuram usar os problemas existentes nas Forças Armadas que, na maioria dos casos, resultaram de prejudiciais medidas e decisões políticas.

Os Sargentos não se deixarão iludir por manobras populistas neste ano em que todos seremos convocados a participar em diversos actos eleitorais, cumprindo o direito constitucional e o dever cívico de votar.

Os Sargentos de Portugal, tendo feito o Render da Guarda na sua trincheira de combate, a ANS, continuarão a pugnar pelos objectivos traçados há quase três décadas, na busca dos melhores caminhos e soluções que os defendam e que tornem efectiva a representação jurídica e o direito de negociação colectiva nas questões sociais e remuneratórias. Sem tabus nem preconceitos! ▲

Os valores dos Associativistas e os dos outros senhores poderosos

A classe de sargentos, na década de 80/90, após ter conquistado, com a luta, direitos, respeito e dignidade, conseguiu um elevado prestígio no seio da instituição militar e até na sociedade. Mas continua sujeita aos ataques dos que com isso não se conformam.

No fim da década de oitenta, os partidos que (des)governavam o país e aprovavam as leis que nos tramavam, são os mesmos (PS, PSD e CDS) que, agora, votaram “unidinhos”, para que não fosse consagrado o 31 de Janeiro, como o Dia Nacional do Sargento.

Na década de oitenta, a classe tinha tomado consciência que não tinha direitos e decidiu partir para a sua conquista. Da consequência dessa luta, destacam-se em 1989, a constituição da Associação Nacional de Sargentos- ANS. Em seguida veio a consagração da Condição Militar, a alteração do artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e, com a Lei Orgânica nº 3/2001, é consagrando o direito do associativismo sócio-profissional, dando corpo ao que a classe em 1989, tinha na prática já constituído, com a sua ANS. Claro que também vieram, à mistura, muitas perseguições,

ameaças e castigos, mas os dirigentes e a classe mantiveram-se firmes, unidos e determinados e não vergaram nem cruzaram os braços.

A classe, assim que constituiu a ANS, partiu com ela e com as várias equipas de camaradas corajosos e determinados, que tem tido, sem quaisquer mordomias, para a luta e aos poucos foi conseguindo direitos, respeito e dignidade, atingindo um patamar que fez dela uma referência na instituição militar.

Muito se alterou desde esse tempo até aos nossos dias. Os ingressos na classe minguaram, aliás, como minguaram os efectivos das Forças Armadas. Os sucessivos Governos não mexeram na Lei da Condição Militar, mas têm vindo a subvertê-la com medidas avulso. O caso da saúde militar é o exemplo mais paradigmático. E o recente relatório da auditoria do Tribunal de Contas bem o ilustra.

Quando se criou a ANS já havia as duas equipas, que hoje, como ontem, continuam em campo. Os que defendem o associativismo e os que o atacam de forma directa ou recorrendo a expedientes.

A equipa dos associativistas, sempre

soube que se estivermos unidos melhor será, não só para defender os direitos que se conquistam, como até para conquistar outros, pois somos mais fortes. Sempre assim foi e continua a ser. O exemplo internacional no que respeita ao associativismo sócio-profissional de militares e, até, o sindicalismo militar, mostram-nos bem.

A equipa dos outros, também sabe bem o que querem e tudo fazem para que não estejamos unidos nem associados, para assim ser mais fácil continuar a impor concepções, valores e regras que põem em causa os nossos direitos e a nossa dignificação.

Para o conseguir recorrem a expedientes vários, entre os quais a difusão da ideia de que as lutas só dão chatices, as nossas, claro, que elas são contra a disciplina e a coesão da sociedade e das Forças Armadas.

Toda a experiência nacional e internacional deita por terra tais concepções. Alguém questiona a operacionalidade das Forças Armadas Alemãs, Dinamarquesas, Irlandesas e tantas outras? Ninguém!

É, pois, no reforço da ANS, com mais sócios, com mais opiniões sobre os

problemas da classe e sugestões para a sua resolução que temos de ir em frente. Sim, irmos em frente como classe e não com visões egoístas, ou seja, “*resolva-se o meu problema e os outros que se danem*”. Esta nunca foi a forma de estar da classe de Sargentos, logo, o rumo certo, que a engrandeceu, deverá continuar.

A ANS acaba de eleger os seus novos Órgãos Sociais. Unamo-nos, pois, em seu redor. Unamo-nos, enquanto classe, para responder aos problemas na saúde militar, na avaliação do mérito, nos vencimentos e subsídios, nas regras das promoções, etc. Mas também na não aceitação a que desempenhemos funções e façamos tarefas que não são compatíveis com o posto que temos. Lutámos muitos anos pela dignificação da classe, desde logo no que respeita à atribuição de cargos e funções dignas. Não aceitemos agora, porque há falta de efectivos, que nos tratem como pau para toda a obra.

Ao projecto da ANS, à nossa unidade e à luta, não há alternativa vitoriosa.

Viva a ANS e a Classe de Sargentos.

Manuel Custódio ▲



Novo CEMFA Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

No passado dia 26 de Fevereiro, o General Joaquim Manuel Nunes Borrego foi empossado pelo Presidente da República como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, para um mandato de três anos, numa cerimónia no Palácio de Belém, em Lisboa.

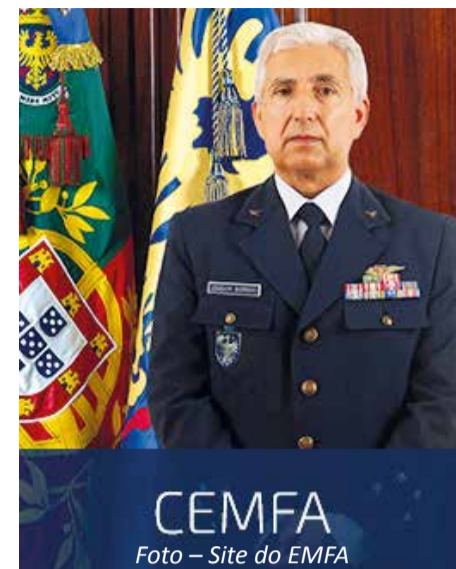
Joaquim Manuel Nunes Borrego nasceu em 14 de Setembro de 1960, em Pinhel, tendo ingressado na Academia da Força Aérea em 1979, onde concluiu a licenciatura em Ciências Militares Aeronáuticas

em 1983.

Do seu currículo consta uma colocação na EURONATO, na Base Aérea de Sheppard, EUA, onde foi piloto instrutor e avaliador. Desempenhou funções em várias esquadras e foi oficial de operações, comandante de esquadra, tendo também comandado a Esquadra de Radares em Montejuento.

Em 2008 foi colocado como comandante da Base Aérea nº 5, em Monte Real, requalificando-se na aeronave F-16. Foi pro-

movido a oficial general em 2010, sendo colocado na Academia da Força Aérea nas funções de segundo comandante, sendo posteriormente chefe de gabinete do então chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Esteve à frente do programa de alienação de aeronaves F-16, em 2016, sendo promovido a tenente-general em 24 de Setembro desse ano, data em que assumiu o Comando Aéreo, em Monsanto, cargo que ocupou até ser empossado como o novo CEMFA. ▲



Assessor do CEMFA para a Categoria de Sargentos

O Sargento-Mor de Secretariado e Apoio dos Serviços (SMOR/SAS) Paulo José Ferreira de Vasconcelos nasceu em Lisboa, a 29 de Setembro de 1961.

Ingressou na Força Aérea no dia 10 de Maio de 1982, na Base Aérea N.º 3 (BA3), em Tancos, para o cumprimento do serviço militar obrigatório, tendo jurado bandeira a 30 de Junho do mesmo ano.

Concluiu o curso da especialidade de amanuense, a 18 de Agosto de 1982, tendo sido colocado, em Lisboa, na Direção

do Serviço de Instrução (DSINST).

A 7 de Fevereiro de 1986 ingressou nos Quadros Permanentes (QP) após conclusão do Curso de Formação de Sargentos (CFS) no Centro de Instrução N.º 2 da Base Aérea N.º 2 (CI2/BA2), tendo sido colocado na Direção do Serviço de Pessoal (DSP), em Alfragide.

A 11 de Abril de 1988 foi transferido o Comando Operacional da Força Aérea (COFA).

Regressou à Direção de Pessoal (DP) em Outubro de 1989 para o cargo de Gestor

de Tabelas do SIGAP, funções que manteve até Abril de 2016.

Foi promovido a Sargento-Mor a 17 de Dezembro de 2014.

A 16 de Abril de 2016 assumiu as funções de Tesoureiro e Adjunto do Chefe do Núcleo Administrativo-Logístico da Cooperação Técnico Militar, em Angola.

Regressou a Portugal em Maio de 2017, voltando a ser colocado na DP.

A 11 de Dezembro de 2017 assumiu as funções de Assessor do General CEMFA para a Categoria de Sargentos. ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do Artigo 9º, dos números 1 e 2 do Artigo 10º dos Estatutos da Associação Nacional de Sargentos e da alínea a) do nº 1 do Artigo 12º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, nº 57 – 2º, em Lisboa, no dia 28 de Março de 2019, Quinta-feira, pelas dezoito horas (18H00), com o objectivo seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do Ano de 2018;
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o Ano de 2019.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o nº 1 do Artigo 11º dos Estatutos.

Lisboa, 11 de Março de 2019

O Presidente da Assembleia Geral

Luís Manuel Marques Bugalhão

Nova Direcção no IASFA

No passado dia 21 de Fevereiro, decorreu no Salão Nobre do Ministério da Defesa Nacional, no Restelo, em Lisboa, a cerimónia de Tomada de Posse do novo Presidente do Conselho Directivo do IASFA, TGen Fernando de Campos Serafino.

Posteriormente, no mesmo dia e local, decorreu a cerimónia de Tomada de Posse dos dois Vogais do CD/IASFA, Dra. Paula Costa e Dr. Manuel da Silva Lopes.

Ambas as cerimónias foram presididas pelo MDN, João Gomes Cravinho e contaram com a presença dos Chefes Militares, ou seus representantes, da Secretária de Estado da Defesa Nacional, entre outros convidados.

Na sua intervenção, o MDN salientou que *“é da maior importância, apoiar e acarinhar esta Instituição e a quem ela se dedica, para superarmos, juntos, as conhecidas dificuldades que ela enfrenta, e que resultam de insuficiente enquadramento, orientação e acompanhamento, ao longo de muitos anos”*.

O TGen Fernando Serafino nasceu em Coimbra, a 31 de Janeiro de 1960.

Em 1977 ingressou na Academia Militar, onde terminou uma Licenciatura em Ciências Militares. Após completar o Tirocínio para Oficial na Escola Prática de Infantaria, foi promovido a Alferes e passou para o Quadro Permanente do Exército em 1982.

Ao longo da sua carreira desempenhou vários cargos na estrutura do Exército e do



Ministério da Defesa Nacional, bem como em diferentes organismos internacionais. No MDN foi Porta-Voz e Assessor do Ministro de Estado e da Defesa Nacional (2002-03) e Director-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (2003-06).

Foi promovido a Tenente-General em 2014, tendo sido designado General Quartel-Mestre General, assumindo o Comando da Logística do Exército entre 2014 e 2017. Foi Vice-Chefe de Estado-Maior do Exército desde Setembro de 2017, até passar à situação de reserva, a seu pedido, a 1 de Dezembro de 2018.

Em 21 de Fevereiro de 2019 regressou à efectividade de serviço, para exercer as funções de Presidente do Conselho Directivo do IASFA, I.P. ▲



CSA - 44 Anos de Muita Dedicção e Orgulho

No passado dia 22 de Fevereiro, com o Salão Nobre da Sede Social, cheio de convidados, em representação das suas instituições, de muitos associados e amigos, o Clube do Sargento da Armada (CSA) comemorou o 44º aniversário, numa sessão bem viva e com a alegria própria de um dia de festa.

Disseram presente: os Clubes: Clube de Praças da Armada (CPA) e Clube Militar Naval (CMN); **as Associações:** Associação de Praças (AP), Associação Nacional de Sargentos (ANS), representada pelo Vice-presidente Rogério



Graça, Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) e Associação de Fuzileiros (AFuz), ou seja, todos os Clubes e Associações de militares das Forças Armadas, que quiseram dar os parabéns ao CSA. Esteve ainda presente a Associação Concelhia de Colectividades de Lisboa.

O presidente da Assembleia Geral, após agradecer a presença de todos, e de o representante do Almirante CEMA, Comodoro Médico-Naval Luís Bronze Santos Carvalho, ter aceitado o convite que lhe dirigiu para estar na mesa a presidir à cerimónia, deu início à sessão.

Esta, começou com a entrega dos diplomas aos associados que completaram 25 anos de fidelização e dedicação. Seguidamente usou da palavra o Presidente da Direcção que salientou a sua vontade e determinação em dar continuidade à obra realizada pelas várias equipas anteriores, juntamente com a massa associativa, hoje, neste grande CSA, a grande Instituição que é o orgulho de todos nós, Sargentos da Armada.

Seguiram-se as intervenções de convidados presentes e de alguns associados, que teceram rasgados elogios ao CSA, realçando o imenso trabalho desenvolvido na variada e intensa actividade associativa do CSA, inserida no grande Movimento Associativo Nacional.

No final da sessão, usou da palavra o Comodoro Santos Carvalho que, em nome do Almirante CEMA, agradeceu o



convite e desejou que as boas relações existentes entre o Clube e a Marinha perdurem por muitos e longos anos.

A finalizar, o grupo de Saxofones da Banda da Armada brindou os presentes com um vivo momento musical, seguindo-se o já tradicional beberete oferecido a todos os participantes, onde se conviveu, como é apanágio dos associados do CSA.

O CSA fez de novo, uso do seu lema: **“Um Clube Vivo é um Clube participado.”**

Manuel Custódio ▲

Uma Feliz Ideia... e a Razão do Sucesso!

Foi uma feliz ideia, alguém se ter lembrado de fazer o registo fotográfico destes seis ex-presidentes da direcção do CSA, juntamente, com o actual, pois permite constatar e ver bem a necessidade do CSA em continuar a construir a unidade, de que precisa.

Para que a memória se não perca, é bom ir tomando notas, para se poder escrever a História de CSA, com alguma precisão.

Embora a equipa que tomou posse no dia 9 de Fevereiro, seja a 23ª a dirigir o CSA, apenas houve 15 Presidentes da Direcção, em virtude de um ter feito 3 biénios, de quatro terem feito 2 biénios e dos últimos dois terem feito um biénio e meio cada um.

A foto com 7 dos 15 presidentes da direcção do CSA, virados de frente para a sala, tendo nas suas costas, na parede, as fotos dos outros 8 restantes, foi tirada na sessão de tomada de Posse da 23ª equipa, biénio 2019/2020.

Da esquerda para a direita, Manuel Viegas, Varino da Ponte, Francisco Mar-

tins, Rui Soares (o actual presidente), Albano Ginja, Rui Maricato e Rui Nogueira.

Os 8 restantes em falta são: o 1º presidente, Artur Ribeiro, o 2º Virgílio Fonseca, o 3º (o saudoso) João Gorjão, o 4º Francisco Cavaleiro, o 5º Manuel de Carvalho, o 6º Álvaro Martins, o 9º José Mendes, o 13º Valente Pais.

Como diz o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Carlos Capela (camarada conhecido por ser “bom conciliador”), “É um desejo, uma vocação ou missão minha, procurar conciliar, os mais velhos com os mais novos”. “Deus” ou lá quem seja, te ajude nessa altruísta missão, porque para mim, ou melhor, para o próprio CSA, a unidade dos associados é de capital importância, tanto hoje, como sempre o foi. Unidade entre novos e mais velhos e, sobretudo, entre todos os associados.

Este registo, de seis anteriores presidentes juntamente com o actual, reflecte bem o que terá de ser cimentado e forjado, para o presente e futuro do CSA. **Manter o rumo certo, isto é, continuar a unidade de todos os associados e saber aproveitar os**



contributos de todas as equipas que moldaram este CSA.

Todas as equipas tiveram, menos jovens e camaradas mais amadurecidos e com alguma experiência associativa, mas todas elas, umas mais, outras menos, contribuíram para engrandecer o CSA. Foi com todos esses contributos e da disponibilidade de todas essas, voluntárias equipas,

em servir o seu Clube, com determinação e coragem, com muito trabalho e sacrifício e também amor e carinho, sem quaisquer mordomias que, juntamente, com a unidade entre eles e a sua unidade com a massa associativa, se constituiu esta grande Obra. É esta a chave ou o segredo dos êxitos do CSA.

Manuel Custódio ▲

Novos Dirigentes no CSA

No passado dia 9 de Fevereiro, com o Salão Nobre bem cheio de associados e convidados ou representantes, nomeadamente do Almirante CEMA, do Clube de Praças da Armada e do Clube Militar Naval, das três Associações, (AP, ANS e AOFA) - a ANS esteve representada pelo seu Presidente Mário Ramos - da Associação Conquistas da Revolução, da Associação de Fuzileiros, da Confederação Portuguesa das Colectividades, num ambiente de serenidade, confiança e determinação em cumprir com lealdade para com o seu Clube as funções que lhe são atribuídas, tomaram posse os novos dirigentes do Clube do Sargento da Armada.

Numa realidade tão difícil como a que vivemos, quando nuvens negras sobrevoam os militares e ameaçam a sociedade e os portugueses, como é reconfortante ver esta unidade dos clubes e associações e ouvir os seus representantes reafirmarem a vontade em prosseguir a sua actividade, não só para o reforço das suas instituições, mas também contribuir, na sua diversidade, para a unidade do movimento associativo, tendo em vista, como disse na sua intervenção, o novo Presidente da Direcção do CSA, Rui Soares, “a constituição de uma sociedade mais fraterna e justa”.

Parabéns ao CSA por continuar a trilhar este rumo de unidade entre Clubes e Associações, respeitando, claro, a sua diversidade, pois é com tal rumo que esta difícil e perigosa realidade, que nos enquadra, poderá,

ela própria, ser transformada.

“A Marinha”, como disse o Almirante Neves Coelho, em representação do CEMA, “é composta pelas três classes, as Praças, os Sargentos e os Oficiais”, dando como exemplo uma trempe, logo, acrescentou, que “se a essa trempe faltar uma perna...fica coxa”, digo eu!

Também um anterior presidente da Direcção do CSA, Francisco Martins, na sua intervenção, salientou o ADN do CSA, quando houver dificuldades e problemas é à sua massa associativa que os dirigentes devem continuar a recorrer, claro, sem rejeitar quaisquer apoios que venham por bem.

Manuel Custódio ▲



Novos Órgãos Sociais da ANS Tomaram Posse

No passado dia 9 de Março, tomaram posse os novos Órgãos Sociais da ANS, cuja composição se publica abaixo.

Na Casa do Alentejo, porto de abrigo de tantas e memoráveis ocasiões, perante dezenas de convidados institucionais e dezenas de associados e amigos da ANS, os elementos eleitos no passado dia 2 de Fevereiro, assumiram o seu compromisso numa tomada de posse bastante emotiva, conferida pelo antes e já de novo Presidente da Assembleia Geral.

Antes de ser conferida posse aos novos membros, Mário Ramos, naquilo que afirmou ser a sua última intervenção oficial como Presidente da Direcção da ANS, entre outras considerações de grande impacto, afirmou: “Trinta anos depois da sua fundação, que muitos apelidaram de “um grupo de aventureiros que não dura seis meses...”, sinto-me na obrigação de homenagear a coragem e resiliência de todos os Camaradas que fizeram parte da história da ANS assumindo, de forma totalmente altruísta e desinteressada, a defesa intransigente dos direitos dos Sargentos e das suas famílias e da Condição Militar”.

Vários convidados usaram da palavra não apenas para saudar os novos dirigentes, mas

também para reafirmar solidariedades e disponibilidade para trabalhar em conjunto. No final destas intervenções, e embora tivesse acabado de tomar posse como Tesoureiro, José Pereira, pediu a palavra para transmitir sobretudo aos mais jovens dirigentes acabados de tomar posse, o que entendeu ser o reflexo da sua experiência ao fim de onze participações consecutivas. Afirmou que essa experiência o faz sentir-se hoje um melhor cidadão e um melhor militar, que o ajudou a perceber que os homens, as associações, as instituições e os partidos não são todos iguais, como não raras vezes se afirma.

António Lima Coelho, o novo presidente da Direcção, encerrou com uma intervenção em que, com base na fórmula do juramento de bandeira elencou uma série de injustiças e anomalias que ocorrem nas Forças Armadas, afectando os militares em geral e os Sargentos em particular em muitas dessas matérias, não deixando de fazer uma crítica directa e clara aos partidos cujos grupos parlamentares recusaram a consagração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” e terminando com uma saudação aos recém empossados, um misto de veteranaria e juventude. ▲



Assembleia Geral

Presidente	SMOR Luís Bugalhão	Marinha
V. Presidente	SAJ Guido Sá	Exército
Secretário	SCH Vitor Geitoeira	Exército
Vogal	1SAR André Assunção	Força Aérea
Vogal	SCH José Paulo Leitão	Exército

Conselho Fiscal

Presidente	SMOR Mário Pereira	Exército
Secretário	SAJ António Taveira	Marinha
Relator	SAJ Horácio Pinheira	Força Aérea
Vogal	1SAR Valter Cláudio	Exército
Vogal	SAJ Rui Santos	Exército

Direcção

Presidente	SMOR António Lima Coelho	Força Aérea
V. Presidente	SAJ Carlos Colaço	Exército
V. Presidente	SAJ Norberto Mateus	Força Aérea
V. Presidente	SAJ Rogério Graça	Marinha
Tesoureiro	SAJ José Pereira	Força Aérea
Secretário	SMOR José Galvão	Exército
Secretário	1SAR Vitor Silva	Força Aérea
Secretário	1SAR Arlindo Almeida	Marinha
Vogal	SAJ Francisco Silva	Exército
Vogal	1SAR Sónia Matias	Força Aérea
Vogal	1SAR Ricardo Ferreira	Marinha
Vogal	1SAR José Mendes	Exército
Vogal	1SAR Franque Marques	Força Aérea
Vogal	1SAR Rui Ribeiro	Marinha
Vogal	1SAR Vitor Jorge	Exército
Vogal	1SAR Nelson Bento	Marinha
Vogal	1SAR Joaquim Torres	Exército
Vogal	1SAR Rui Lopes	Exército
Vogal	2SAR Fábio Saraiva	Marinha
Vogal	SAJ António Veloso	Exército
Vogal	1SAR Luís Rosário	Exército

AP – 19º Aniversário e nova Página

Numa Messe das Instalações Centrais de Marinha, no Terreiro do Paço, em Lisboa, decorreu a cerimónia do 19º aniversário da Associação de Praças (AP).

Tendo como convidados diversos representantes dos chefes militares (CEMA, CEME e CEMFA), das associações profissionais, ANS e AOFA, (a ANS esteve representada pelo Presidente Mário Ramos), dos clubes militares, CSA e CPA, da Direcção da EUROMIL e o advogado do gabinete jurídico da AP, a cerimónia iniciou-se com um jantar comemorativo.

No espaço dedicado às intervenções ressalta a que foi feita por Luís Reis, Presidente da AP, ao elencar as inúmeras matérias que carecem de resposta, sobretudo por parte do poder político, não apenas nas questões que são transversais a todos os militares e respectivas famílias, das quais a questão da Saúde e da Assistência na Doença aos Militares é uma das mais prementes, mas sobretudo pelas questões mais específicas da carreira e da condição socioprofissional dos Praças das Forças Armadas. A regulamentação do posto de Cabo-Mor, que tendo sido inegavelmente uma vitória da AP, tarda em ver a sua materialização, a criação de quadros permanentes para Praças na Força Aérea

e no Exército, o pagamento do suplemento da condição militar após o juramento de bandeira, a carência de efectivos nos três ramos das Forças Armadas e a necessidade de encontrar mecanismos que promovam o recrutamento e a retenção, foram alguns dos temas atentamente escutados por todos os presentes.

Após uma simbólica cerimónia de atribuição de medalhas e diplomas aos membros que perfizeram quinze anos de associado, seguiu-se a apresentação da nova página oficial da AP, tendo sido o lançamento da mesma feito em directo e com contagem decrescente.

A nova página, ainda que tenha alguns sectores em construção e desenvolvimento, é uma página moderna, dinâmica, interactiva e muito atractiva do ponto de vista do utilizador e motivou, por parte do Presidente da AP, uma referência muito especial e emocionada aos dedicados dirigentes da AP que permitiram que esta ferramenta, fundamental na vida de uma associação socioprofissional, fosse uma realidade e pudesse ter sido apresentada e lançada naquela ocasião festiva.

A cerimónia terminou com o tradicional partitório de aniversário, acto para o qual, Luís Reis convidou todas as senhoras presentes na sala. ▲





Carreiras, Vencimentos, Avaliação do Mérito, Saúde e Assistência

Razões para continuar a lutar!



Na Sessão/Debate ocorrida durante as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Lisboa, **Rogério Graça, Vice-Presidente pelo ramo Armada**, abordou a questão das Carreiras, e a decisão de se enveredar pela vida militar aceitando as regras e exigências inerentes a tal opção mas com o natural objectivo na construção de uma carreira.

Porém, na sua opinião, a presente realidade diz-nos que já são poucas as certezas, senão nenhuma, na construção da carreira, pelo drama dos longos tempos de permanência nos postos de 1SAR e SAJ, situação agravada pelo congelamento das contagens de tempo de serviço, sem que se concretize o processo negocial para formalizar o modo e o tempo para a contagem desse tempo, prolongando a injustiça uma vez que os militares estão sujeitos a normas estatutárias em que os factores idade e tempo de serviço são determinantes para a sua progressão e desenvolvimento da carreira.

Para além de trabalhos feitos e vitórias alcançadas, referiu questões que continuam a merecer a atenção da ANS, como por exemplo, o facto de apenas na classe de Sargentos não haver nenhuma promoção por diuturnidade, ou que continue por definir um tempo máximo de permanência nos postos.

Sobre a questão dos vencimentos lembrou que estes não são actualizados há quase uma década e que a tabela remuneratória dos militares comporta graves e gritantes situações de injustiça e tratamento desigual, tornando-se assim mais grave e lesiva a situação dos atrasos nas promoções e incumprimentos da lei por representarem enormes perdas nos orçamentos familiares dos militares, particularmente nos militares das mais baixas patentes, para além de contribuírem para o sentimento de frustração e desmotivação.

Defende ser imperativa uma revisão do regime de cálculo da pensão de reforma, que garanta um fim de vida digno, sem perda de rendimento na transição da Reserva para a Reforma.

Não deixou de apontar a necessidade de medidas concretas e eficazes para atrair

e reter militares no RV e RC, que só poderão ser alcançadas tratando bem aqueles que já servem nas Forças Armadas, cumprindo as leis e respeitando a Condição Militar.

Lembrou a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, em que esta “*caracteriza-se... pela consagração de especiais direitos, compensações e regalias, designadamente nos campos da Segurança Social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação*”.

Apelou à defesa da Condição Militar, exigindo a reposição dos especiais direitos como compensação pela especificidade do serviço que os militares prestam ao País. Entende ser necessário pugnar por uma carreira digna e atractiva, que possibilite uma progressão justa e equilibrada. Para tal é necessário manter a disponibilidade, a determinação, a unidade e a força para continuar a lutar e a defender que à ANS seja reconhecida a capacidade negocial e de participação efectiva nos processos sobre questões socioprofissionais dos militares e das suas famílias.



Norberto Mateus, Vice-Presidente pelo ramo Força Aérea começou a sua intervenção dizendo que lhe coube falar da Saúde Militar “*ou de como os nossos governantes nos têm tratado da Saúde*”!

Aproveitando o mote dado pela Direcção da ANS, “*Onde viemos? Onde estamos? Para onde queremos ir?*”, disse virmos de um sistema de assistência na doença assente em valores de justiça social, em que o País, através dos ramos das forças armadas, era responsável pela saúde e bem-estar de todos os militares e seus familiares, contribuindo dessa forma para que cada militar se mantivesse focado nos seus deveres e missão, cumprindo assim o preceituado na Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, estando os custos com a saúde militar a cargo dos ramos e o controlo dos custos através de hospitais geridos pelos próprios. A criação de protocolos visava apenas a rapidez do diagnóstico, do tratamento e a poupança dos custos com os transportes nas deslocamentos dos militares para os seus hospitais, por não haver hospitais militares em todo o País, mas ser em todo o País que os militares se encontram, acompanhados (ou não) das suas famílias.

O que mudou foi simplesmente o facto de retirar da ADM todo o dinheiro do Es-

tado, passando esse custo a ser imputado aos militares e familiares associados. Por outro lado, a criação do paradigma entre a saúde operacional e a saúde assistencial foi disso um exemplo. Um militar em teatro de operações na República Centro Africana que apanhe uma gripe é considerada saúde operacional, sendo todos os custos com os tratamentos imputados ao ramo. Um militar da FAP que cumpre a sua missão na linha da frente do F16 apanha uma gripe e neste caso já é considerado saúde assistencial, sendo os custos suportados pela ADM e pelo militar em questão.

Questionou então o que há de diferente na missão dos dois militares? E a seu ver, diria que nada! Ambos cumprem a missão, ou será que o militar do F16 se pode recusar a executar a missão, por entender estar demasiado frio e poder apanhar uma gripe, prevenindo assim os custos para si e para a ADM?

Referiu que as alterações introduzidas na ADM, não servem os militares e as suas famílias, lembrando como mero exemplo, o comunicado enviado pelo IASFA aos beneficiários da ADM, sobre os cuidados respiratórios domiciliários, em que empurra todos os beneficiários da ADM para o Serviço Nacional de Saúde ou para o Serviço Regional de Saúde, com a justificação de que os beneficiários dos Subsistemas Públicos de Saúde são, simultaneamente, beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, para o qual contribuem com os seus impostos, e não perdem essa qualidade pelo facto de serem beneficiários da ADM. Chega até a roçar o caricato pois nem mesmo o Hospital das Forças Armadas pode prescrever tal tratamento.

E questionou para que o que se desconta para a ADM? E porque é que o métrico no HFAR ou numa unidade não pode prescrever tal tratamento? E se for saúde operacional o ramo marca a consulta no SNS?

Considerou serem demasiadas dúvidas e demasiadas desconfianças.

Será lógico pensar que o futuro está no SNS? Ou seja, os militares descontam para a ADM para depois serem atendidos no SNS?

Apelou à continuação da luta mostrando que quem cumpre os seus deveres, conforme constam nas oito alíneas do artigo 2.º da Lei 11/89, também tem especiais direitos, e compensações, designadamente nos campos da Segurança Social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação, conforme consta numa única e última alínea do mesmo artigo.

Afirmou ainda que se a todos os militares é imposta a condição de disponibilidade e prontidão para a missão sem quaisquer reservas, não se pode aceitar que os vários tipos de saúde, operacional e assistencial, de duvidosa sustentação e legalidade, possam isentar o estado e a nação de assumir as suas responsabilidades no contrato de longuíssima duração que com os militares estabeleceu.



Carlos Colaço, Vice-Presidente pelo ramo Exército abordou a questão do RAMMFA, chamando-lhe “*A Continuação da Saga*” pois já nas comemorações do ano passado abordou a tema, mas o assunto continua em cima da mesa. Agora, finalmente, parece começar a ter a atenção e preocupação de todos os militares dos três ramos.

“*De onde viemos?*”. Viemos de 3 regulamentos de avaliação (um de cada ramo) que não sendo bons, iam dando para o gasto como se costuma dizer... Até que alguém, achou que deveria haver um regulamento comum...

Há um ano, estávamos no início da aplicação deste novo regulamento de avaliação, comum, mas que de comum nada tem como sempre dissemos e foram inúmeros os comunicados e alertas feitos pela ANS, aos militares, e à tutela militar. Não foi, pois, por falta de aviso que os militares foram apanhados “desprevenidos” em relação aos perigos que este regulamento comporta.

Lembrou que o regulamento entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2018 mas, a Marinha, ao contrário de Força Aérea e do Exército, não o aplicou no ano anterior, minimizando assim o estrago e empurrando o problema para este ano.

Contudo, este novo regulamento comum, é tão comum que para se operacionalizar, o Exército teve de fazer um Despacho, a Força Aérea dois, a Marinha mais uns quantos documentos e, o próprio EMGFA, outro. Cada um, de maneira diferente dos outros.

“*Onde estamos agora?*”. Como a Marinha não aplicou o regulamento no ano anterior, está a aplicá-lo agora. As avaliações periódicas, na Marinha, reportam-se a 1JAN e os militares deviam ser avaliados até 31JAN. E os que estão no ramo, estão a ser avaliados. Para os que estão fora do ramo, o prazo foi prorrogado até 28FEV, depois de já ter havido 3 alterações à metodologia a utilizar, mesmo tendo tido mais um ano que os outros ramos! Veremos se não haverá uma quarta alteração...

Lembrou que, como foi referido pela ANS, este novo regulamento de avaliação, assentando basicamente nas Avaliações Individuais (nas FAV) e no peso dos louvores (em função dos postos de quem o atribui e não



da função que desempenha – e com efeitos retroactivos) mas também na hipervalorização dos Cursos de Promoção (CPSAj para o Exército e CPSCh para todos – que não chegam a 3 meses), em detrimento do Curso de Ingresso na Carreira (CFS - de 2 e nalguns casos, de 3 anos) iria trazer sérios problemas... E, na sua opinião, já está a trazer!

O regulamento remete para despachos dos chefes dos Ramos e deixa a porta aberta, em determinados artigos, para a discricionariedade. Assim, para uma mesma situação, na Marinha faz-se de uma maneira, no Exército de outra e na Força Aérea de outra ainda! Exemplificou com o caso dos Chefes dos ramos, poderem modificar, por exemplo em 5%, para cima ou para baixo os coeficientes a atribuir, mostrando o quão pouco este regulamento tem de comum!

Contudo, enquanto o CEME não tocou nas ponderações das bases (ou seja, nas percentagens a atribuir à Avaliação Individual, da Formação, da Disciplinar e da Antiguidade nos Postos), aplicando exactamente o que vem expresso na tabela do artigo 32º, o CEMFA, por entender que deveria privilegiar a Antiguidade no Posto, nas promoções por escolha, atribuiu-lhe mais 5% neste parâmetro, em conformidade com o nº 2 deste mesmo artigo 32º, e retirou-os às Avaliações Individuais. Já o CEMA, fez o inverso... Para a promoção a SMor, adicionou mais 5% às Avaliações Individuais, que retirou à Antiguidade, ficando as Avaliações Individuais, por si só, a valer 45% e a Antiguidade apenas com 20% (ou seja, só as Avaliações Individuais valem quase tanto como o somatório da Formação (25), Antiguidade (20) e Avaliação Disciplinar (10) – 55%).

A sua exposição demonstra claramente que, 3 Chefes, de 3 ramos, mas todos das mesmas Forças Armadas, têm entendimentos bem diferenciados acerca de como os seus militares devem ser avaliados... E tudo isto num regulamento que se pretendia comum!

Alertou para o caminho estreito para onde pretendem empurrar os militares, com este tipo de regulamento que poderá dar jeito a alguém, que poderá até assentar que nem uma luva a alguns e que esses aceitarão de bom grado tal regulamento.

No entanto, os chefes militares e os políticos sabem ainda melhor a posição da ANS, nesta e noutras matérias e talvez por isso, nem uns nem outros procuram integrar os dirigentes da ANS nas comissões de estudo e grupos de trabalho, constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência, onde leis e regulamentos como este são gerados e onde, por direito próprio, deveriam estar integrados, sem necessidade desta denúncia constante (que começa a roçar o ridículo, de tantas vezes que é feita).

E enfaticamente afirmou que não são integrados, porque sabem que, com os dirigentes associativos nesses grupos de trabalho, tais regulamentos não veriam a luz do dia!

E, em tom ainda mais crítico, questionou se este regulamento coloca, ou não, em causa a coesão e a disciplina? Em jeito de resposta, afirmou que na Força Aérea e no Exército, já houve muitas ultrapassagens nas promoções por escolha, principalmen-

te na promoção ao posto de Sargento-Chefe. E se os militares do Exército já estavam mais ou menos habituados, na Força Aérea foi o choque! Contudo, repetiu, não foi por falta de aviso por parte da ANS, particularmente há mais de um ano, quando se disse que com este novo regulamento, os Conselhos das Armas/Serviços, de Classes e de Especialidades, ficavam sem margem de manobra. Mas, os militares pouco ou nada se mobilizaram, salvo honrosas excepções. Agora, finalmente, alguns, começam a estar despertos para a vida! No final deste ano, quando acontecerem as primeiras ultrapassagens na Marinha, mais uns quantos irão acordar!

Perante este cenário, questionou: *“Para onde queremos ir?”*.

Defendeu que, todos, todos devem sempre lutar, por todos! Sempre! Mesmo quando há problemas que parecem não ser seus!

Porque a ANS sabia que iria ser assim, porque o previram e o afirmaram, a ANS pediu desde logo a suspensão da eficácia deste regulamento, entregando na Assembleia da República uma petição com mais do que 4 mil assinaturas e que se que seja discutida na casa da Democracia.

Lançou então um repto aos militares, fazendo uso de parte de uma canção do músico brasileiro Gabriel, o Pensador:

“Não adianta olhar pró céu, com muita fé e pouca luta... Muda!

Muda, que quando a gente muda, o mundo muda com a gente.

A gente muda o mundo na mudança da mente.

E quando a mente muda, a gente anda prá frente.

Até quando?! Até quando vai(s) ficar sem fazer nada?!”

ATÉ QUANDO?!

E terminou lançando vivas e particularmente aos Sargentos da Associação Nacional de Sargentos, porque estes, algumas coisas vão fazendo.

Mário Ramos, Presidente da Direcção, fez a intervenção de encerramento das comemorações centrais em Lisboa. Depois de recordar, homenageando, os Heróis do 31 de Janeiro de 1891 e também os nove Bravos Sargentos da Rotunda, que 19 anos depois, em 1910, tiveram papel determinante naquilo que, de acordo com a sua intervenção *“Para nós, militares Sargentos, esta é a República, cuja Bandeira e Constituição jurámos defender, com a vida se necessário!”*

E questionou: Mas afinal quem e o que são os Sargentos?

Prosseguiu, criticando aqueles que optam por ignorar o papel dos Sargentos na sociedade e nas Forças Armadas, menoreando e por vezes menosprezando, o seu papel e a sua intervenção social e política.

Defendeu que esta consciência de discriminação negativa intencional, feita por uma parte da sociedade, impõe que reforcemos os laços de solidariedade entre a classe de Sargentos e por essa razão, considera ser fundamental que as novas gerações de Sargentos compreendam e conheçam:

- De onde viemos? - Onde estamos? e - Para onde queremos ir?

“De onde viemos?”

Fez um resumo histórico desde o Século XVII, passando pela referência ao Conde de Lippe que através do seu Decreto de 16 de Fevereiro de 1764, criou a Academia Real Militar e passou o Sargento à condição de Praça de Pré e reconheceu-lhes a competência para responderem pelas companhias, determinando também que deveriam saber ler e escrever correctamente, porque o oficial comandante, por ser fidalgo, poderia não o saber. Para ser promovido ao posto de Alferes e poder frequentar a Academia Real Militar, era necessário ser Sargento.

Fez referência, incontornável, ao 1.º Encontro Nacional de Sargentos, em 1 de Abril de 1989, em Sacavém, onde mais de quatro mil sargentos, oriundos de todos os ramos das Forças Armadas, deliberaram criar uma associação de classe, a Associação Nacional de Sargentos, precursora de um movimento que levou ao reconhecimento do direito ao associativismo socio-profissional militar em 2001.

Recordou que foi necessário esperar até 1990 para que os Sargentos, e também as Praças, passassem a ter um estatuto profissional, o EMFAR, até aí apenas existente para os Oficiais. Foi um passo de gigante, com muitas imperfeições, mas que trouxe melhorias significativas no âmbito profissional e remuneratório, entre outros, para além da garantia de uma carreira com regras e normas próprias. A parte final do século XX foi dura, cheia de combates que proporcionaram algumas vitórias.

“Onde estamos?”

Comemora-se este ano o 30º aniversário da fundação da ANS. O lema criado há trinta anos: **“Quão difícil nos temos movido”** mantém toda a sua actualidade.

Os primeiros 18 anos deste século XXI foram pródigos em dificuldades e em perda de direitos para os militares em geral. Muitas pedras foram sendo lançadas no tortuoso caminho trilhado. Algumas terão sido removidas, outras ainda resistem.

Em 2015, com a aprovação da terceira versão do EMFAR pelo anterior Governo PSD/CDS, os Sargentos de Portugal sofreram um dos maiores ataques à sua Condição Militar e à sua dignidade, pela imposição de um conjunto de normas redutoras que lhes impuseram um retrocesso funcional de mais de 25 anos. Uma ideia, com responsáveis políticos e militares, saída de mentes tacanhas, recheadas de preconceitos xenófobos e classistas que pretendiam ter profissionais altamente qualificados em versão *“low cost”*, numa clara referência ao ingresso dos Sargentos no quadro permanente no posto de Sub-Sargento/Furriel. Esta medida foi revertida no início de 2018, voltando ao ingresso no quadro como Segundo-Sargento. Esta vitória foi alcançada com uma luta permanente e ininterrupta, durante quase três anos, promovida pelos órgãos sociais da ANS e que, de acordo com Mário Ramos, mereceu um apoio especial dos grupos parlamentares do CDS e do PCP. Contudo, a justiça ainda não terá sido completamente feita!

Entretanto continuam os militares, todos os dias, a pagar para um subsistema de saúde que dá cada vez menos respostas às solicitações da família militar e que, igualmente por obra do anterior governo



PSD/CDS, está a servir para financiar situações cujo encargo deve ser responsabilizado do Estado.

Entende ser fundamental continuar focados na intensa luta necessária para que se possa reverter e alterar muitas questões importantes que ainda estão por resolver, tais como, novas alterações ao EMFAR, a suspensão do RAMMFA, a revisão do sistema remuneratório e reconhecimento do tempo congelado, o reconhecimento da formação dos Sargentos, a reformulação da Assistência na Doença e da Acção Social Complementar prestada pelo IASFA.

“Para onde queremos ir?”

Querem os dirigentes da ANS que os Sargentos de Portugal sejam reconhecidos como o activo importante que são nas Forças Armadas Portuguesas. Que lhes seja ministrada formação adequada e certificada que permita a atribuição do grau académico de Licenciatura, valorizando as funções dos Sargentos e dignificando as Forças Armadas.

Querem combater com todas as forças o caminho que tem vindo a ser trilhado na acção social complementar e na assistência na doença aos Militares e seus familiares, com cada vez menos assistência, menos abrangência e maior dificuldade de acesso, depois de lhes ter sido unilateralmente imposto que fossem os próprios a custear a prestação dessa assistência através de um desconto obrigatório de 3,5% das suas remunerações, reduzindo ainda mais o rendimento familiar que não sofre qualquer actualização desde 2010.

Estas e muitas outras matérias que afectam, directa e indirectamente os Sargentos e as suas famílias estão permanentemente presentes nas mentes dos dirigentes que, ao longo dos últimos trinta anos conduziram os destinos da ANS, e dos que foram no dia 2 de Fevereiro democraticamente eleitos para integrar os Órgãos Sociais da associação e que, de forma voluntária, desempenharão as suas funções.

A sua capacidade de representação para lutar na defesa dos direitos dos Sargentos de Portugal será tanto maior, quanto mais alargado for o universo de Camaradas que se associem e assim reforcem a voz da ANS.

Terminou afirmando: *“Dos mais jovens, recém ingressados, aos menos jovens, que dedicaram a sua vida a servir a Nação e o povo Português, somos todos, cada um de nós, uma peça fundamental na necessária luta para recuperar direitos e alcançar a dignidade e o reconhecimento devidos.*

Sozinhos não o conseguiremos.

Unidos através da ANS teremos a força para o fazer!”. ▲



Por Todo o País, Sargentos a

Conforme vem sucedendo desde há muitos anos, também em 2019 os Sargentos assinalaram o seu Dia Nacional com eventos comemorativos de diversa índole ao longo de todo o País, mas também noutros locais dispersos pelo mundo onde se encontram Sargentos a desempenhar missões de serviço.

Abrindo as comemorações nacionais na Região Autónoma da Madeira, a 25 de Janeiro com uma Sessão/Debate, a que se seguiu a 26 de Janeiro um jantar comemorativo, as iniciativas prosseguiram a 31 de Janeiro no Porto (aqui com vários eventos ao longo do dia), em Abrantes, em Estremoz, em Coimbra, em Viseu e em Chaves. No dia 1 de Fevereiro em Évora, em Vendas Novas e em Castelo Branco. A 2 de Fevereiro teve lugar em Lisboa, na Casa do Alentejo, a Assembleia Eleitoral para eleição dos Órgãos Sociais que vão dirigir os destinos da ANS no biénio 2019/2020 em simultâneo com as comemorações centrais em Lisboa. No dia 3 de Fevereiro seguiu-se Cabanas de Tavira e Foia/Monchique. A 5 de Fevereiro, o Entroncamento e a 6 de Fevereiro Leiria/Monte Real. A 7 de Fevereiro foi em Beja e em Vila Real/Lamego. Finalmente, a 9 de Fevereiro, com uma Sessão/Debate e um almoço comemorativo na Praia da Vitória/Terceira e com um jantar comemorativo em Ponta Delgada/S. Miguel procedeu-se ao encerramento das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em 2019, na Região Autónoma dos Açores.

Como também já vem sendo habitual, em todos estes eventos foi lida a “Intervenção Comum”, cujo conteúdo publicamos na íntegra.

“Intervenção Comum às Comemorações do 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento, em 2019!”

Desde sempre, ao longo dos séculos, os Sargentos têm desempenhado um papel fundamental e relevante na História Nacional.

Hoje, aqui reunidos, assinalamos os 128 anos do 31 de Janeiro de 1891, acto que ficou para a história como

sendo “A Revolta do Porto”, tendo sido a primeira tentativa de implantação da República, levada a efeito essencialmente por Sargentos e Cabos, apoiados pelo povo anónimo das ruas.

Não é comum na história dos povos, comemorar os vencidos. É mais comum comemorar e enaltecer os actos dos vencedores. Porém esta histórica revolta, apesar de ter sido vencida, fez parte de um amplo movimento de indignação social que despertou o país contra a capitulação do regime monárquico perante as exigências da coroa britânica impostas através de um humilhante Ultimato.

Apesar de pouco se dar a conhecer sobre este facto histórico, os Sargentos tiveram uma importância determinante na revolta de 31 de Janeiro. É justo recordar que entre os vinte e dois condenados em conselho de guerra, catorze eram Sargentos. Os Sargentos Abílio, Galho, Rocha, entre outros, ocupam um lugar de destaque entre os heróis desta revolta e os seus nomes e exemplos não podem ser esquecidos.

Em boa verdade, este despertar, esta consciência da necessidade de lutar para defender a soberania nacional e a qualidade de vida dos portugueses foi a semente lançada à terra que, também com um papel determinante por parte dos Sargentos, germinou dezanove anos mais tarde, em 5 de Outubro de 1910, com a implantação da República, regime em que ainda hoje vivemos e cuja Bandeira e Constituição jurámos defender, com a vida se necessário!

Em 1989, no I Encontro Nacional, imbuídos de uma forte consciência de classe, os Sargentos decidiram criar a Associação Nacional de Sargentos. Dois anos passados, no centenário do 31 de Janeiro de 1891, a ANS defendeu, e continua a defender, a consagração desta data como o DIA NACIONAL DO SARGENTO!

Em termos práticos, o 31 de Janeiro tem sido ao longo dos anos, o Dia Nacional do Sargento!

No ano em que se assinalam os trinta anos de existência da Associação Nacional de Sargentos, seria de grande justiça assistir à consagração formal e institu-

cional do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, por parte da Assembleia da República!

Mas os Sargentos de Portugal, conscientes do papel que desempenham no funcionamento das Forças Armadas, conscientes que cumprem o seu dever para com o país, empenhadamente e com honra, também percebem que a dignificação das suas carreiras e do seu estatuto, não se esgota na obtenção da consagração formal e institucional do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”.

Sendo um sinal de reconhecimento mais do que justo por parte do Estado português para com os Sargentos de Portugal, tal consagração terá significado mais relevante com a materialização de medidas tão urgentes e importantes para os Sargentos de Portugal como por exemplo: a valorização e o reconhecimento académico adequado e digno; a evolução efectiva nas carreiras conferindo às mesmas respeito pelos conteúdos funcionais referentes a cada posto; a revisão do injusto e desigual sistema remuneratório, implementando o paralelismo das carreiras; a suspensão do regulamento de avaliação do mérito que subverte princípios e valores fundamentais numa instituição militar, como o são a coesão e a disciplina; o efectivo apoio de saúde que a Condição Militar exige; o direito à tranquilidade no final de uma vida dedicada a um serviço patriótico, envergando um uniforme das Forças Armadas Portuguesas!

Sabemos que muito teremos de lutar para alcançar os objectivos que perseguimos na dignificação, em todos os vectores, da Carreira dos Sargentos de Portugal!

Com os olhos postos no exemplo dos heróis do 31 de Janeiro de 1891, vamos prosseguir na luta pelos direitos que nos assistem, mas cumprindo os deveres que assumimos quando jurámos como Sargentos de Portugal!

VIVA o 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento!
VIVA a Associação Nacional de Sargentos!
VIVA as Forças Armadas!
VIVA PORTUGAL!” ▲





assinalam o seu Dia Nacional



CASTELO BRANCO



TAVIRA GERAL



CHAVES



TAVIRA JOVENS



ÉVORA



COIMBRA



LEIRIA-MONTE REAL



LEIRIA-MONTE REAL



LEIRIA-MONTE REAL



Por Todo o País, Sargentos a

31 de Janeiro em Abrantes

Decorreu em Abrantes no dia 31 de Janeiro 2019, o tradicional almoço comemorativo do Dia do Sargento. Como sempre em Abrantes, a 31 de Janeiro e ao Almoço. Participaram na confraternização 102 pessoas, 99 Sargentos e três esposas. Camaradas Sargentos da Reforma, Reser-

va, Disponibilidade e Activo. Durante todo o evento houve confraternização, boa-disposição, amizade e o reviver de histórias de outros tempos, e boa comida. A comissão organizadora agradece a todos os presentes. Bem hajam pela participação.

João Miguel Ribeiro ▲





Assinalam o seu Dia Nacional



PRAIA DA VITÓRIA - TERCEIRA, AÇORES - DEBATE



PRAIA DA VITÓRIA - TERCEIRA, AÇORES - NOVOS SÓCIOS



PRAIA DA VITÓRIA - TERCEIRA, AÇORES - DEBATE



PORTO



PORTO

31 de Janeiro Comemorado no Barreiro

No dia 31 de Janeiro realizou-se também um almoço no Grupo Desportivo e Cultural dos Casquilhos, no Barreiro, em que cerca de trinta camaras das militares assinalaram o "31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento", "Quer queiram, quer não!", como muitos dos presentes ali afirmaram. ▲



PORTO





Por Todo o País, Sargentos a

“31 de Janeiro – no Entroncamento”

No dia 5 de Fevereiro de 2019, realizou-se no restaurante “Bonito By-Trincanela”, na cidade do Entroncamento, o jantar-buffet comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, que contou com a presença de cerca de 70 militares, alguns acompanhados das esposas. Pela ANS, participaram na comemoração o Presidente da Direcção, SAJ Mário Ramos e o SMor José Gonçalves (Ex-Presidente da Direcção).

Após o jantar, o SMor Bernardo (Adjunto do Comandante do RAME) leu, de forma eloquente, a “Intervenção Comum” que a ANS preparou para as comemorações do 128º Aniversário do 31 de Janeiro de 1891.

Logo após, o Presidente da Direcção, SAJ Mário Ramos, fez uma intervenção onde foram referidos os trabalhos e esforços realizados pela ANS, que levaram à alteração do EMFAR em 2018, que entre outros, foi feita a justiça de repor o ingresso no Quadro Permanente (QP) de Sargento em Segundo-Sargento, mas que muito mais há a fazer no Estatuto, como por exemplo, na questão da Formação do Sargento das Forças Armadas Portuguesas, a necessidade de efectivamente ser valorizada e ser reconhecida ao nível da

Licenciatura.

Evidenciou o caos em que se encontra o apoio na Saúde Militar e, pese embora os militares contribuam obrigatoriamente com 3,5% do seu vencimento para a ADM, é com muita preocupação que vê o panorama de endividamento da ADM/IASFA, levando ao cancelamento de diversos protocolos com entidades privadas de prestação de cuidados de saúde, deixando os militares e a família militar sem alternativas na prestação de cuidados de saúde.

Referiu a preocupação da aplicação do Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA) por desvalorizar a antiguidade e privilegiar o mérito (avaliação Individual e louvores) de forma muito discricionária e os cursos de formação/promoção, como factores que poderão originar grandes ultrapassagens entre militares de cursos diferentes, e com isso, originar situação de conflito que podem por em causa a coesão e a disciplina nas Unidades e nas Forças Armadas.

A tabela remuneratória terá de ser revista, porque com o actual Estatuto, os Sargentos são a única Classe que não tem promoção por Diuturnidade e o facto de a promoção a Sargento-Ajudante ser por

escolha, poderá originar que muitos Sargentos não possam progredir além de Primeiro-Sargento. Pode acontecer em algumas especialidades ingressarem no QP em Segundo-Sargento e aí permanecerem 10, 15 ou mais anos pelo motivo de não haver vagas (actualmente na Marinha há casos de Primeiros-Sargentos com mais de 20 anos neste posto) ou na situação de ser Primeiro-Sargento e poder passar à Reser-

va (compulsiva) pelo motivo de ter sido ultrapassado por outros camaradas mais modernos.

Terminada a intervenção do Presidente da Direcção e feitos mais alguns esclarecimentos, procedeu-se ao corte do bolo comemorativo, acompanhado do vinho espumante e a encerrar, cantou-se o Hino Nacional.

Mário Pereira ▲





Assinalam o seu Dia Nacional

Quer Queiram, Quer não Queiram!...

Desde há muitos anos, mas muito particularmente desde as comemorações do centenário do 31 de Janeiro de 1891, que foi assinado com uma sessão solene do Plenário da Assembleia da República em 1991, que a ANS tem vindo a apelar à Assembleia da República (A.R.) para que delibere consagrar o 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento.

Este ano, em 18 de Janeiro, os deputados do Grupo Parlamentar do PCP, por entenderem que tal consagração tem inteiro cabimento, pelo papel muito relevante dos Sargentos no funcionamento das Forças Armadas e pelo cumprimento do seu dever para com o País, com honra e com um empenho que é justo reconhecer, entenderam propor, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República, que a A.R. consagrasse o dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento e recomendasse ao Governo que, em colaboração com as Forças Armadas Portuguesas e com a associação representativa dos Sargentos, promovesse em cada ano, iniciativas destinadas a assinalar a data, salientando o seu significado histórico e enaltecendo o papel dos Sargentos e os serviços por estes prestados às Forças Armadas e ao País.

Sabemos, contudo, que a dignificação da carreira e da condição dos Sargentos, que por uma questão de justiça

há muito vimos exigindo, não se obtém meramente através de iniciativas simbólicas como a que agora, mais uma vez, foi proposta.

No entanto, a consagração do Dia Nacional do Sargento, para além de exprimir o reconhecimento do Estado Português em relação ao labor destes cidadãos militares, representa também uma oportunidade para que, em cada ano, seja formal e oficialmente, consagrada uma data especialmente dedicada à reflexão e ao debate sobre a condição dos Sargentos e a sua dignificação.

No passado dia 8 de Fevereiro, este Projecto de Resolução foi votado na Assembleia da República, no final de uma manhã em que inúmeros projectos foram votados, incluindo votos de pesar por razões e circunstâncias diversas.

Quando o Presidente da A.R. depois de anunciar o Projecto de Resolução, sem discussão nem argumentação por parte dos deputados, colocou a primeira das três regimentais perguntas (*quem vota contra, quem se abstém, quem vota a favor*), os representantes do Partido Socialista (PS), do Partido Social Democrata (PSD) e do Centro Democrático e Social (CDS-PP), de imediato se puseram de pé, votando contra e, desta forma, recusaram reconhecer uma justa aspiração dos Sargentos de Portugal: a consagração do seu dia nacional, honrando a memória e o exemplo daque-



les que há 128 anos não aceitaram a humilhação da Pátria e tentaram implementar a República, regime em que hoje vivemos e sob cuja bandeira também vivem e usufruem de privilégios os deputados que, com aquele voto, recusaram este reconhecimento.

Naquela mesma manhã em que, na presença da viúva, filhos e inúmeros dirigentes, associados e amigos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) foi, com toda a justiça, aprovado, por unanimidade, um voto de pesar pelo

falecimento do Presidente da ADFA, Comendador José Arruda, ele mesmo um Sargento das Forças Armadas Portuguesas, não quiseram os deputados do PS, do PSD e do CDS-PP honrar e respeitar os Sargentos que serviram, que servem e que hão-de continuar a servir a República, consagrando formal e oficialmente o 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento. Os Sargentos de Portugal puderam testemunhar quem, na Assembleia da República, valoriza e reconhece o seu trabalho e a sua influência histórica. ▲

DIA NACIONAL DO SARGENTO EM UNIDADES MILITARES



BA 5 - Monte Real - foto FAP



EMFA - Alfragide - foto FAP



AM 1 - Maceda - foto FAP



CME - Monsanto 1



ICM - Terreiro do Paço - Lisboa



BA 6 - Montijo - foto FAP



BA 4 - Lajes - foto FAP



RG3 - Funchal



BA 1 - Sintra - foto FAP



CME - Monsanto



CA - Monsanto - foto FAP



ICM - Terreiro do Paço - Lisboa



Rg3 - Funchal



RG3 - Funchal

Associação Conquistas da Revolução Debate 31 de Janeiro

No âmbito do 128º aniversário da Revolta Republicana de 31 de Janeiro de 1891, o Núcleo do Porto da Associação Conquistas da Revolução (ACR), promoveu nas instalações da Cooperativa Livreira UNICEPE, no 128-A da Praça Carlos Alberto, no Porto, uma Sessão-Debate, ao fim da tarde do próprio dia 31 de Janeiro.

Os intervenientes convidados foram Júlio Roldão, conhecido jornalista, com muitos anos de trabalho no "Jornal de Notícias", profundo conhecedor das "coisas do Porto" e António Lima Coelho, director do jornal "O Sargento", órgão oficial da Associação Nacional de Sargentos (ANS).

Dadas as boas-vindas pelo anfitrião Rui Vaz Pinto, director da UNICEPE, coube a Jorge Sarabando, dirigente da ACR/Núcleo do Porto, abrir a sessão propriamente dita. Para além de fazer a apresentação dos intervenientes, fez o enquadramento das motivações que levaram àquela iniciativa, numa sala tão acolhedora, não só pelos livros que

a enquadram, mas sobretudo pelo ambiente de partilha, interesse e solidariedade, enfim, pelo calor humano que se respirava.

Júlio Roldão fez jus aos seus pergaminhos e proporcionou uma viagem interessantíssima pelos aspectos históricos e sociais que levaram ao acto que ainda hoje é conhecido como "A Revolta Republicana do Porto".

Lima Coelho falou do quase sempre esquecido papel dos Sargentos, não apenas no 31 de Janeiro mas também ao longo da história e do seu relevante papel na tentativa, implantação e defesa da consolidação dos valores republicanos. O debate alargou-se aos dias de hoje e ao papel fundamental, mas nem sempre devidamente reconhecido, que os Sargentos de Portugal desempenham.

Significativo evento em data de tão grande importância, não apenas para o Porto, mas para todo o País, como se veio a verificar 19 anos depois, em 5 de Outubro de 1910 com a implantação do regime em que ainda hoje vivemos: a República! ▲



AM 3 - Porto Santo - foto FAP



RI 1 - Beja - foto FAP



MIX SHOT ON HI MIX2



MIX SHOT ON HI MIX2



Direcção da EUROMIL reuniu em Lisboa

A meio do mandato de quatro anos, a Direcção (Board) da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, realizou uma reunião extraordinária, tipo “brainstorm”, tendo em vista fazer o balanço dos dois anos passados e pers-

pectivando os dois anos que faltam até ao Congresso, agendado para Outubro de 2020, altura em que decorrerão eleições para o próximo quadriénio.

Nesse sentido o Presidente da EUROMIL, apresentou na última reunião do Board, em 14 de Dezembro de 2018, em

Bruxelas, a necessidade de se fazer uma reunião extraordinária e especial em torno do futuro da EUROMIL.

As exigências que cada vez mais se colocam aos militares europeus, a diversidade de matérias socioprofissionais que carecem de um acompanhamento atento

e pronto, a par das inúmeras solicitações que são colocadas à EUROMIL por inúmeras agências, parceiros e diferentes entidades europeias, obriga a uma reflexão profunda e exaustiva acerca dos trabalhos e dos caminhos que se colocam no futuro da EUROMIL.

APM Debatem A Realidade do Sindicalismo Europeu



O painel, moderado por António Lima Coelho, membro da Direcção da EUROMIL, contava com Mário Ramos, Presidente da ANS, que fez a intervenção de abertura e de encerramento dos trabalhos (no esquema democrático, rotativo, usado pelas APM em iniciativas conjuntas), António Mota Presidente da AOFA, Luís Reis Presidente da AP e Emmanuel Jacob Presidente da EUROMIL, responsável pela intervenção de fundo que suportou o debate.

Aproveitando o facto de se encontrarem em Lisboa, para a referida reunião extraordinária durante todo o dia 21 de Fevereiro, os nove dirigentes da EUROMIL (Emmanuel Jacob, belga; Jorg Greiffendorf, alemão; Ton de Zeeuw, holandês; Jasper Hansen, dinamarquês; Tom McCarthy, irlandês; Johan Ohlén, sueco; Flemming Vinther, dinamarquês; Istvan Bácskai, húngaro e António Lima Coelho, português), as associações profissionais de militares portugueses (ANS, AOFA e AP), todas elas membros da EUROMIL, decidiram promover

uma sessão/debate subordinada ao tema “A Realidade do Sindicalismo Militar na Europa”. Este evento, para o qual foram convidadas várias entidades institucionais, políticas e militares, decorreu durante toda a manhã do passado dia 22 de Fevereiro.

Contando entre os convidados com membros de partidos políticos com representação parlamentar, juízes, advogados, sindicalistas e militares dos três ramos e de todas as classes, o debate foi muito participado. A questão dos direitos sindicais, a capacidade de representação jurídica dos membros e a participação efectiva na negociação colectiva foram as questões mais em foco.

O painel, moderado por António Lima Coelho, membro da Direcção da EUROMIL, contava com Mário Ramos, Presidente da ANS, que fez a intervenção de abertura e de encerramento dos trabalhos (no esquema democrático, rotativo, usado pelas APM em iniciativas conjuntas), António Mota Presidente da AOFA, Luís Reis Presidente da AP e Emmanuel Jacob Presidente da EUROMIL, responsável pela intervenção de fundo que suportou o debate.

Emmanuel Jacob, referindo ter sido convidado para falar sobre o sindicalismo para os militares, afirmou haver, contudo, muitas formas de abordar a questão, desde o ponto de vista legal, incluindo casos recentes resolvidos em tribunal, até à partilha de experiências do trabalho da EUROMIL com sindicatos militares.

Na perspectiva legal, existem vários textos jurídicos internacionais e europeus que reconhecem o direito de associação: o Artigo 11º da Convenção Europeia sobre Direitos Humanos, o Artigo 5º da Carta Social Europeia ou o Artigo 12º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia,

Também várias instituições internacionais reconheceram esse importante direito em resoluções, recomendações ou códigos de conduta:

O Conselho da Europa (Recomendação CM / Rec (2010) 4 do Comité de Ministros aos Estados membros sobre direitos humanos dos membros das forças armadas).

A OSCE (CdC da OSCE sobre Aspectos Pol-Mil de Segurança, parágrafo 32).

O Parlamento Europeu (mais recentemente na resolução sobre a União Europeia da Defesa: §12).

Além disso, existem vários processos judiciais, que merecem ser mencionados:

Em 2 de Outubro de 2014, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) proferiu acórdãos sobre dois processos, nomeadamente “Matelly vs France” e “Adefromil vs France”. Em ambos os casos, o elemento essencial era uma possível violação do Artigo 11º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH).

Mais recentemente, em Setembro de 2017, o Comité Europeu dos Direitos Sociais (ECSR) decidiu a queixa “EUROMIL vs Irlanda” no âmbito do procedimento colectivo de reclamação ou queixa adoptado no Protocolo Adicional à Carta Social Europeia que prevê um sistema de reclamações ou queixas colectivas.



Emmanuel Jacob – Presidente da EUROMIL

Em 2014, em apoio à PDFORRA, uma das associações irlandesas, a EUROMIL apresentou uma queixa contra a Irlanda por violar os Artigos 5 e 6 da Carta Social Europeia no que diz respeito aos direitos dos militares irlandeses no sentido de se organizarem e negociarem colectivamente.

A queixa dizia respeito ao facto de as associações militares irlandesas não terem direitos sindicais, incluindo o direito de se associarem a uma organização como a ICTU (o Congresso Irlandês de Sindicatos no qual se filiam os sindicatos da Irlanda). Isso significa que as associações militares são mantidas fora das negociações nacionais gerais que o ICTU realiza em nome de seus membros, como as que tratam, por exemplo, dos salários nos serviços públicos.

O Comité Europeu dos Direitos Sociais (ECSR) comunicou ao Comité de Ministros

continua na pag. 16



Mário Ramos – Presidente da ANS



continuação da pag. 15

a sua decisão sobre as razões e o mérito das reclamações e apurou:

- Uma violação do Artigo 5 da Carta - com base na proibição de associações representantes de militares se juntarem a organizações nacionais de trabalhadores;
- Uma violação do Artigo 6 § 2 da Carta - devido ao insuficiente acesso de associações representativas de militares nas discussões sobre acordos salariais (papel essencial da negociação salarial para os propósitos do Artigo 6);
- Nenhuma violação do Artigo 6§4 da Carta sobre o direito de greve.

Continuou referindo que da experiência em trabalhar com sindicatos militares, importa dizer que, para além dos argumentos legais e decisões judiciais a favor do sindicalismo militar, é convicção da EUROMIL que as associações militares e os sindicatos não prejudicam a eficiência, a disciplina militar ou a eficácia operacional das forças armadas. Pelo contrário! As experiências da Dinamarca, Finlândia, Irlanda ou Suécia - onde mais de 95% dos militares no activo, incluindo generais, são membros de uma organização profissional - mostram claramente que o sindicalismo militar não tem efeitos negativos sobre as forças armadas.

No seu entender, tem, no entanto, muitas consequências positivas: os militares organizados nos sindicatos podem, através do diálogo social, negociar as suas condições de trabalho e melhorar a sua situação. Isso aumentará claramente a sua motivação e comprometimento. Somente quando os militares e as suas associações representativas puderem exercer e desfrutar de todo o espectro de direitos e liberdades fundamentais, as forças armadas estarão verdadeiramente integradas na sociedade.

Recordou ainda que na última Reunião do Presidium da EUROMIL, em Outubro de 2018, as associações portuguesas apresentaram uma moção para alterar o nome da organização para que, em vez de "Organização Europeia de Associações Militares", a EUROMIL passasse a chamar-se "Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares", de modo a que o nome da organização reflecta a situação actual da EUROMIL, onde um grande número de membros são, na verdade, sindicatos militares.

Terminou a sua intervenção desejando às associações militares portuguesas, a persistência necessária para insistir na legalização e actualização do seu estatuto e a força necessária para continuar na luta pelos direitos sindicais dos militares portugueses, para que assim, um

dia, se possa dizer que a EUROMIL conta com sindicatos militares não só da Suécia ou da Dinamarca mas também de Portugal!

Após a apresentação do tema de fundo, aberto o espaço para debate, muitas e interessantes foram as questões colocadas pelos participantes. Pela sua pertinência e oportunidade publicamos em espaço próprio a intervenção do Dr. Bernardo Colaço.

bunaleuropeu ter decidido em seu favor após a queixa apresentada pela EUROMIL, e mais recentemente com a perspectiva de poderem integrar a confederação irlandesa de sindicatos, face à decisão do Comité Europeu de Assuntos Sociais, em Fevereiro de 2018.

Por seu lado, Jörg Greiffendorf da DBwV – Associação de Militares Alemães, explicou a importância da sua associação que, não sendo um sindicato na concepção sindi-



Johan Öhlén – SAMO (Suécia)



Jörg Greiffendorf – DBwV (Alemanha)

Foi particularmente interessante o testemunho de Johan Öhlén, do SAMO – Sindicato de Militares Suecos, que referiu os mais de cem anos de existência do seu sindicato, sem que tal alguma vez tenha posto em causa o desempenho da missão militar, mas enfatizou a grande importância da sua acção nos processos negociais acerca de questões sociais, vencimentos e condições laborais.

Também Tom McCarthy da PDFORRA – Associação de Sargentos e Praças das Forças de Defesa da República da Irlanda, explicou as mudanças operadas desde que a sua associação viu a legislação ser alterada no sentido de se tornarem parceiros negociais, para questões salariais, sociais e condições laborais, particularmente depois do Tri-

cal, tem uma grande força negocial junto das autoridades alemãs, não só pela dimensão da associação mas também pela capacidade de mobilização pois, como exemplificou, se necessário, na luta pelos seus interesses e direitos, enchem umas dezenas ou mais de autocarros e fazem uma manifestação em Berlim.

Desta Sessão/Debate ressalta a intervenção dos membros da Direcção da EUROMIL acerca da evidência das diferentes realidades e conceitos que existem em toda a Europa. Mas esta iniciativa foi, sem dúvida, um passo importante na construção dos direitos sindicais, reconhecido pela Comissão Europeia dos Direitos Sociais numa decisão proferida em Fevereiro de 2018, para todos os militares europeus, em que incluem também os militares portugueses. ▲



Manuel Custódio - Sócio Fundador da ANS



Tom McCarthy – PDFORRA (Rep. da Irlanda)

N.R. - Os vinte e um vídeos sobre a Sessão/Debate podem ser vistos no link:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLIJ5fC8oWkHnCMeqYtSDvsub4pQA_Khkr&fbclid=IwAR2Z7gXK-zenEqKn2ayoRcbRuoujwEtkzsJbAkDRXqZXMuFTOE6yTIKcijE



SINDICALISMO MILITAR em Portugal ou (O tropa na Mira da cidadania integral)

1 - Ao começar, permitam-me, que congratule – Emmanuel Jacob – na sua nova veste de Presidente da EUROMIL – entendida esta como a Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares. Honra-nos saber que este novo dimensionamento é fruto de uma proposta conjunta das 3 Associações Profissionais - a ANS/AOFA/AP, feita no rescaldo de duas Conferências anteriores realizadas a 07.12.2016 e 05.03.2018, significativamente no Auditório da Assembleia da República sobre esta mesma temática.

Esta iniciativa das APM demonstra que a figura do associativismo profissional aplicada ao sector militar teve o seu tempo de validade, estando neste momento obsoleta e inoperante, principalmente por não corresponder ao direito do militar português à fruição da cidadania de corpo inteiro tal como a nossa Constituição pressupõe. Qualquer utilidade que este tipo de associativismo pudesse revelar desvaneceu-se ante o rigor e o abuso de restrições impostas às APM na prossecução dos seus objetivos estatutários, nomeadamente o de sujeitar os dirigentes associativos ao regime disciplinar por declarações proferidas, o não reconhecimento da legitimidade destas associações para representar os associados contenciosamente e o direito de contratação colectiva, entre outros; fruto de uma concepção de exercício da hierarquia do poder. Estes obstáculos persistem até hoje e cada vez com mais intensidade. E disto as APM deram atempadamente conta.

2 - Está demonstrado que a concepção clássica do direito militar, assente em axiomas de honra, obediência à ordem dada, disciplina, do juramento de fidelidade à bandeira, do comando uno e do espírito do corpo é compatível com o sindicalismo militar, enquanto forma avançada do associativismo representativo da classe de profissionais a que diz respeito.

Ao nível europeu o sindicalismo militar é uma realidade. Cita-se como exemplo, a Dinamarca, Holanda, Suécia e Malta. Não consta que por esse facto haja quebra de disciplina ou que os tropas sejam menos eficazes na sua missão. É certo que a realidade destes países não coincide com a de Portugal. Mas também é certo que os mesmos não dispõem de uma Constituição como a nossa, tida como das mais avançadas ao nível da Europa democrática. O próprio Presidente da EUROMIL, foi ele próprio membro

de um sindicato militar.

2.1. - O Tribunal Europeu de Direitos do Homem, por duas decisões proferidas em 02.10.2014 entendeu que a proibição ou interdição absoluta do direito ao sindicalismo aos militares viola o artigo 11º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. O Comité Europeu de Direitos Sociais por decisão de 12.02.2018 defende que as associações representativas militares fruam do direito à contratação colectiva, podendo nomeadamente integrar confederações sindicais nacionais de trabalhadores por força do artigo 5º e artigo 6º.2. da Carta Social Europeia. Mais recentemente, o Tribunal Constitucional de Itália por Acórdão de 11.04.2018 deliberou que os militares podem formar associações profissionais de natureza sindical nos termos estabelecidos nas leis.

É certo que em termos do direito internacional, tais decisões não se impõem a Portugal apesar de ser membro da UE e ter ratificado a Convenção dos Direitos do Homem e a Carta Social Europeia. Representam, no entanto, a corrente jurisprudencial e doutrinária mais recente neste espaço europeu, com destaque ao moderno entendimento sobre a condição militar e os inerentes direitos daí decorrentes para os profissionais das Forças Armadas. Trata-se, portanto, de um potente indicador a que o Governo Português e as instituições que o integram, nomeadamente militares, não podem nem devem ficar alheias. Não basta ser europeísta por umas coisas e deixar de o ser noutras.

3 - Há quem entenda que as expressões *associação profissional* e *sindicato* são utilizadas indiferenciadamente. Que não é assim demonstra o facto da EUROMIL ter alterado a sua designação, como acima se referiu. Em Portugal, o termo “associação profissional” foi precisamente gizado em 1990, destinado à instituição militarizada das forças de segurança e precisamente por contraposição a “sindicato”, ora, pelo temor que este termo inspira, ora, pela sua potencialidade para salvaguardar os direitos fundamentais do cidadão, constitucionalmente sustentados e os legítimos anseios da classe profissional a que diz respeito.

Ora, é precisamente este aspeto que a alteração designativa da EUROMIL visou defender, suportado na filosofia jurídica actualista decorrente das decisões europeias



acima referidas. Na verdade, está demonstrado que o sindicalismo, que já não deve meter medo seja a quem for, reveste-se de uma operatividade mais eficaz por conter instrumentos que melhor asseguram a defesa dos interesses dos seus membros. Hoje seria, por exemplo, o caso para encontrar uma solução válida para a questão de saúde que preocupa os profissionais militares e que até ao presente a correspondente instituição não tem sido capaz de solucionar eficazmente.

A Constituição da República contempla o quadro acima traçado. Assumida a liberdade sindical expressa no seu artigo 55º, esta Lei apenas consente restrições ao exercício de direitos na estrita medida da conjugação dos normativos decorrentes dos artigos 270º e 18º. *Restrições sim, mas não proibições*. Por sua vez, não se confundindo restrição com proibição, aquela não pode ser de molde a descharacterizar o direito ou a liberdade que se restringe, sob pena da negação destes.

Chegados aqui, uma única indagação a formular aos militares em geral e às associações profissionais militares em especial, é: *De que estão à espera?*

António Bernardo
Colaço

(juiz Conselheiro do STJ – Jubilado) ▲

O direito de greve: um elefante numa loja de porcelanas?

Permitam-me que comece este artigo resumindo em poucas linhas o que é a EUROMIL.

A EUROMIL está empenhada no princípio do “cidadão de uniforme” e exige particularmente (1) igualdade de direitos e tratamento dos militares, (2) o direito dos militares em formar e aderir a sindicatos e associações independentes e (3) a inclusão de associações militares e sindicatos num diálogo social regular por parte das autoridades.

Olhando para estes princípios fundamentais, é muito estranho que na maioria das conversas que temos por toda a Europa, e não só, surja sempre um comentário sobre o direito de greve. Mais concretamente: “Seria inaceitável que os soldados entrassem em greve”. Mesmo que a EUROMIL não esteja a usar este direito fundamental para os sindicatos como argumento, é frequentemente utilizado por aqueles que questionam o direito de associação para o pessoal militar e o utilizam como argumento contra este direito nas forças armadas.

É uma coincidência que, no momento em que os direitos sindicais e, portanto, também o direito de greve, estejam em discussão em alguns países, a União dos Serviços Públicos Europeus (EPSU – European Public Service Union) em colaboração com o Instituto Sindical Europeu (ETUI – European Trade Union Institute) tenha publicado um artigo e 35 fichas de informação sobre os países, relativamente



ao direito de greve no sector público. Onde muitas vezes o pessoal militar acredita que o direito de greve é aceite em todo o sector público, o estudo do ETUI mostra que muitas vezes há limitações consideráveis ao direito de greve nos serviços públicos. Olhando para as fichas de informação, pode-se descobrir que vários grupos de trabalhadores do sector público têm restrições ou mesmo proibições em assumir a prática da greve. Se o direito não estiver banido, há pelo menos algumas regras processuais e requisitos para fornecer níveis mínimos de serviços essenciais que limitam esse direito para funcionários de serviço público.

A EPSU e a ETUI descrevem as tentativas de vários governos e instituições internacionais, nos últimos anos, para minar o direito de greve dos funcionários públicos. Este foi o caso, nos últimos anos, na Bélgica, Alemanha, Grécia, Itália,

Espanha e Reino Unido. Por outro lado, já existem proibições para alguns trabalhadores do sector público ou, pelo menos, limitações severas ao direito de greve. O resultado do estudo da ETUI também deixa claro que é comum que os membros das forças armadas, os serviços de segurança, o sector judiciário e os polícias e agentes penitenciários sejam excluídos do direito de greve. Existem, no entanto, alguns países onde, por exemplo, os agentes da polícia têm o direito de greve, ainda que com algumas restrições, como é o caso da Bélgica.

Permitam-me que saliente, uma vez mais, que também para a EUROMIL, o direito de greve é um direito sindical fundamental. No entanto, o direito de greve não pode ser encarado como um direito separado, mas deve ser visto em conjunto com o direito à negociação colectiva como um instrumento final na defesa dos direitos dos trabalhadores. Permitam-me que cite as conclusões do artigo da EPSU: “Como a Confederação Internacional dos Sindicatos (ITUC) esclarece no seu relatório “O direito à greve e a Organização Internacional do Trabalho (OIT)”, sem o direito de greve, o direito à negociação colectiva equivale a não mais do que um direito a “pedinchar colectivamente”. Tendo a oportunidade, muitos empregadores reverterão esses avanços duramente alcançados. É crucial que os trabalha-

continua na pag. 18



continuação da pag. 17

dores do serviço público europeu e os seus sindicatos resistam a esses ataques e defendam o direito de greve. Como disse o Relator Especial da ONU, Maina Kiai, sobre a liberdade de reunião e associação pacífica, “proteger o direito de greve não é simplesmente o cumprimento das obrigações legais dos Estados. É também sobre eles criar sociedades democráticas e equitativas que sejam sustentáveis a longo prazo”.

Mas o que dizer acerca do direito de greve nas forças armadas? Como já referi, a EUROMIL vê o direito de formar e associar-se a associações de trabalhadores e sindicatos ligados a um diálogo social regular,

como o seu objetivo essencial a alcançar para o pessoal militar em todos os países europeus. Aceitamos que, olhando para a natureza muito específica da profissão militar, nem sempre seja evidente a implementação do direito de greve, como tal, nas forças armadas. No entanto, o mesmo tipo de argumentos de que “os militares são um ambiente específico que não pode ser comparado com outros locais de trabalho” também foi utilizado para bloquear a implementação da directiva relativa ao tempo de trabalho, redução do tempo de trabalho, licença parental, férias anuais garantidas. E, no entanto, todas estas directivas são im-

plementadas em várias forças armadas europeias sem prejudicar a operacionalidade das mesmas.

Apenas na Suécia, o pessoal militar tem o direito de greve, mesmo que esse direito nunca tenha sido usado. Na Dinamarca, o sindicato fez um acordo com o Ministério da Defesa para se abster do direito de greve e seguir regulamentos similares aos de outros funcionários públicos. Enquanto isso, um sindicato militar da Bélgica defende um direito limitado de greve e, na Macedónia e na Eslovénia, o direito de greve de militares é regulado por leis específicas.

Mas, vamos ser claros, o principal pro-

blema na Europa ainda é que, em muitos países, o direito de associação e, ainda mais especificamente, o direito de formar e ingressar em sindicatos, ainda é negado ao pessoal militar. E mesmo quando é concedido, esse direito muitas vezes não está ligado a um diálogo social real do qual possam resultar acordos vinculativos para todas as partes. Enquanto não estivermos no ponto de plena representação do pessoal militar em toda a Europa, o direito de greve permanecerá como um elefante numa loja de porcelanas (militar)!

Emmanuel Jacob
Presidente da EUROMIL ▲

CARTAS dos LEITORES

Senhor Director

Achei importante informar acerca desta situação porque demonstra onde estamos metidos e julgo ser de interesse geral.

A única solução que encontrei para esta situação é responder, com provas. Nada de mais.

Então, passo a explicar:

Primeiro recebi uma carta do IASFA/ADM datada de XX-01-2013 solicitando o pagamento de 6X,XX€ que tinha sido, alegadamente, participado indevidamente.

Após receber tal ofício, enviei um e-mail, em XX-03-2013, a pedir esclarecimentos pois, nos meus arquivos de documentos, não havia nem eu conseguia perceber qualquer irregularidade, e até hoje não obtive resposta a este pedido de esclarecimentos.

Depois de ponderar sobre a situação, concluí que, para não ter aborrecimentos, o melhor seria pagar o que me pediam e não ter mais chatices. Assim procedi e no dia seguinte, XX-03-2013, paguei por meio de transferência bancária o tal montante que, alegadamente, teria sido participado indevidamente.

Agora vem a parte mais interessante: recebo da mesma entidade (IASFA/ADM), datada de XX-01-2019 (seis anos depois), uma carta praticamente igual em quase tudo, conta bancária, importância, etc, (só mudaram os nomes na assinatura), a pedir a regularização do mesmo ficheiro e montante! Inacreditável!

Hoje (XX-02-2019) resolvi responder-lhes com o envio do comprovativo do reembolso feito por transferência bancária em XX-03-2013.

Junto envio os anexos para que possa comprovar tudo o que relato.

Acho que isto tem que ir mais longe e tem que ser muito bem explicado, porque eu tenho as provas! E no caso daqueles que, ao contrário do que eu faço, não tenham documentos de prova? E quem ficou com o dinheiro que eu paguei? Onde foi parar?

O objectivo é dar conhecimento de uma situação que, independentemente dos montantes envolvidos, não é aceitável por parte de serviços para os quais pagamos cada vez mais para termos cada vez menos.

Leitor devidamente identificado ▲

Os garantes do regular funcionamento das instituições, o Estado de Direito e o direito do Estado

Sua Excelência (SEXA) o Ministro da Defesa Nacional (MDN) na cerimónia de posse do Presidente do Conselho Directivo (CD) do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), Tenente-General Fernando Campos Serafino, afirmou, como já o tinha feito o seu antecessor que a Saúde Militar e o Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA) são uma preocupação e um desafio.

SEXA sublinhou a Saúde Militar e o IASFA como prioridade e disse ser sua “*vontade de, no decurso desta legislatura, conseguir lançar as bases para um Sistema de Saúde Militar mais coeso e integrado...*”.

É sem dúvida um nível de ambição, mas está muito aquém daquilo que já era uma urgência, além disso destacou a Saúde Militar e o IASFA, porém nada disse em relação à Assistência na Doença aos Militares (ADM) nem tampouco à dívida que resultou do incumprimento do Estado nesta matéria.

SEXA referiu o IASFA, mas também nada disse relativamente à Acção Social Complementar (ASC) nem em relação ao seu enquadramento no âmbito da Lei-Quadro de Acção Social Complementar - Decreto-Lei nº 122/2007.

No concreto ficámos sem saber qual é o compromisso e o calendário de SEXA para dar resposta ao rol de problemas e situações que temos em mãos?

Referiu também SEXA que “É fundamental trazer novas ideias, novos ângulos, novas soluções e, para isso, carecemos de uma nova dinâmica de gestão e de estratégia de longo prazo para o IASFA”. É bem verdade o que diz SEXA, mas mais fundamental ainda, é, sobretudo, que quem o diz e quem o tem dito, tenha a abertura e a capacidade de ouvir quem vive e olha para o problema sentindo-o porque é seu e vive com ele todos os dias.

Entre tantas outras, há bem pouco tempo SEXA revogou a aberração administrativa criada pelo Despacho nº 511/2015, 2015-01-19. Revogou esta mas criou outra, porque também o Despacho nº 1702/2019, 2019/01/24, não respeita os preceitos que decorrem da Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, Lei nº 11/89, de 1 de Junho.

Mantendo este registo, dificilmente

sairemos do ciclo de fraude e mentira com que se têm aliciado sucessivas gerações de homens e mulheres que decidiram servir o país nas Forças Armadas.

Os militares fizeram um juramento e assumiram um compromisso com o Estado e a Nação. Esse compromisso não foi assumido hoje, nem para vigorar por uma legislatura, como tal, também no novo enquadramento proposto, uma vez que não respeita os especiais direitos que decorrem das muitas restrições, deveres e obrigações impostas aos militares, tudo terá que ser alvo de revisão, desde logo a Lei nº 11/89, o EMFAR, o RDM e o CJM.

Face às sucessivas alterações legislativas, o funcionamento e financiamento da ASC, da ADM e do IASFA, num registo que parece assentar no princípio do “*Para os amigos tudo! Para os inimigos a lei!*”, uma grande parte dos militares e famílias já nem tem a lei como determinante da discriminação negativa. Essa já há muito que passou às calendas.

Sem qualquer menosprezo pelo nossos concidadãos, nós militares temo-nos referido à funcionalização da função militar como algo que vai contra o princípio enformador da Condição Militar, no entanto, dado o quadro de degradação a que ela chegou, pode dizer-se que a significativa maioria dos militares que contribuem e financiam o IASFA, a ASC e a ADM, estariam melhor servidos, tanto em custos e valências como na cobertura territorial, se estivessem integrados no sistema da Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado (ADSE) e nos Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP), o que, face ao quadro, esta passa a ser, cada vez mais, a alternativa.

Sem, para já, questionar o quadro legal e institucional do funcionamento da ASC, da ADM e do IASFA, todos sob a administração indirecta de SEXA, seja lá isto o que for, o que é um facto, é que os que directamente têm financiado uma e outra, muito para além daquilo que lhes cabe, ainda não foram tidos nem achados fosse para o que fosse.

A alteração do financiamento e a suposta autossustentabilidade, deveriam ter tido reflexos na forma de administrar. O direito de participação, o acesso à informação de modo a conhecer quem são os que pagam,

para que pagam e a quem pagam, deveria ter sido pedra de toque, mas essa possibilidade sempre ficou afastada através do engenho e da arte de quem detém o poder legislativo. Esta falta, associada a uma prestação negligente de todos quantos tinham responsabilidade na gestão, avaliação, acompanhamento, inspecção e fiscalização do funcionamento da Instituição, permitiu que se chegasse ao estado que está claramente espelhado no Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas (TdC) relativa aos anos 2015, 2016 e 2017, que agora põe a nu o que já vem de muito mais longe.

A privacidade e a protecção de dados que tantas vezes serviu e facilitou a ocultação de informação relevante, poderá ser reclamada por quem suporta os custos da sua própria administração e dos seus erros ou dos seus próprios benefícios, mas nunca por quem usufrui ou administra o que é colectivo e cuja administração ou benefício lhe foi entregue ou atribuído tendo em conta situações específicas que, sendo específicas, não são permanentes, nem transformam o administrador ou o usufrutuário em dono ou herdeiro.

Embora a situação já venha de longe, de forma mais notória, é desde 2005 que os militares não usufruem nem usufruíram, como era seu direito, das contrapartidas que decorrem da condição assumida por juramento.

Aqueles a quem incumbia o dever de zelar pelo usufruto pleno dessas contrapartidas, trocaram os direitos dos homens e mulheres que dizem representar por patacos e prebendas, revelando, mais uma vez, a sua falta de capacidade e competência para exercer uma mais que duvidosa legitimidade que a lei lhes confere, a representação dos que servem nas forças armadas, que já a própria lei, embora sem o alcance e respeito que lhe é devido, atribui às Associações Profissionais de Militares (APM).

Assim, como o afirmou SEXA no discurso de posse do novo presidente do CD do IASFA também nós pensamos que “É fundamental trazer novas ideias, novos ângulos, novas soluções e, para isso, carecemos de uma nova dinâmica de gestão e de estratégia de longo prazo...” não só para o IASFA mas também para a ASC e a ADM.

José Gonçalves ▲



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

No final do ano de 2018 estavam em curso as acções preparatórias para o acto eleitoral para os Órgãos Sociais para o biénio 2019/2020, e os preparativos para as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”. Nesta edição de “O Sargento” daremos conhecimento de muitas das iniciativas comemorativas e das eleições.

Para além destas questões, apresentamos de seguida um breve resumo da intensa actividade associativa neste final de 2018 e início de 2019:

14DEZ – Reunião da Direcção da EUROMIL em Bruxelas. ANS representada por L.Coelho;
 17DEZ – Mesa Redonda/Debate no Hotel Sofitel, em Lisboa, subordinada ao tema “Portugal e a UE – Romper Dependências, Defender a Soberania, Construir uma outra Europa”. ANS representada por L.Coelho;
 05JAN – Cerimónia na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó, para apresentação da Lista para os Órgãos Sociais do CSA. ANS representada por R.Graça e L.Coelho;
 07JAN – Reunião na Voz do Operário, em Lisboa, preparatória das comemorações da Zona Oriental de Lisboa dos 45 anos do 25 de Abril. ANS representada por L.Bugalhão;
 09JAN – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;
 10JAN – Reunião com a Secretária de Estado da Defesa Nacional e o Movimento Cívico de Antigos Combatentes;
 14JAN – Almoço com Sargentos da Direcção de Faróis, em Paço de Arcos. ANS representada por L.Coelho;
 14JAN – Reunião das Direcções das APM (ANS, AOFA e AP) na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por M.Ramos, A.Taveira, L.Coelho e J.Gonçalves;
 21JAN – Sessão comemorativa dos 43 anos do Decreto-Lei 43/76, na sede nacional da ADFA, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
 21JAN – Reunião na Voz do Operário, em Lisboa, preparatória das comemorações da Zona Oriental de Lisboa dos 45 anos do 25 de Abril. ANS representada por L.Bugalhão;
 23JAN – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa, preparatória das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em 2019;
 25JAN – Sessão/Debate com Sargentos, na Madeira, no âmbito da abertura das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em 2019. ANS representada por N.Mateus, J.Mendes e L.Coelho;
 26JAN – Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, na Eira do Serado, Câmara de Lobos, Madeira. ANS representada por N.Mateus, J.Mendes e L.Coelho;
 31JAN – Romagem ao Cemitério do Prado do Repouso no âmbito do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”. ANS representada por F.Silva, J.Torres, L.Coelho e R.Santos;
 31JAN – Sessão/Debate comemorativa do 128º aniversário da Revolta Republicana do 31 de Janeiro, na Cooperativa Livreira UNICEPE, promovida pelo núcleo do Porto da Associação Conquistas da Revolução (ACR). ANS representada por F.Silva e L.Coelho;
 31JAN – Almoço Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Abrantes. ANS representada por M.Pereira e V.Silva;
 31JAN – Almoço Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Estremoz. ANS representada por R.Graça, V.

Geitoeira e J.Pereira;

31JAN – Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Coimbra. ANS representada por M.Pereira e V.Silva;
 31JAN – Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Viseu. ANS representada por N.Mateus, R.Lopes e F.Sarai-va;
 31JAN – Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Chaves. ANS representada por C.Colaço e A.Taveira;
 31JAN – Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Porto. ANS representada por F.Silva, J.Torres, L.Coelho e R.Santos;
 31JAN – Velório do Comendador José Arruda, Presidente da ADFA. ANS representada por M.Ramos e J.Gonçalves;
 01FEV – Almoço Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Évora. ANS representada por L.Bugalhão e L.Coelho;
 01FEV – Almoço Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Vendas Novas;
 01FEV – Funeral do Comendador José Arruda, Presidente da ADFA. ANS representada por M.Ramos, V.Geitoeira e J.Gonçalves;
 01FEV – Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Castelo Branco. ANS representada por L.Bugalhão e L.Coelho;
 02FEV – Acto Eleitoral para os Órgãos Sociais da ANS para o biénio 2019/2020, Debate e Almoço Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, na Casa do Alentejo, em Lisboa;
 03FEV – Almoço Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Cabanas de Tavira. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;
 03FEV – Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Monchique/Foia. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;
 05FEV – Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Entroncamento. ANS representada por M.Ramos, M.Pereira, A.Mendes e J.Gonçalves;
 06FEV – Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Leiria/Monte Real. ANS representada por R.Graça, L.Coelho, F.Marques e M.Veigas;
 07FEV – Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Beja. ANS representada por M.Ramos, C.Colaço, R.Graça e J.Galvão;
 07FEV – Jantar Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Vila Real/Lamego. ANS representada por V.Jorge e L.Coelho;
 08FEV – Delegação de Sargentos presentes nas Galerias da Assembleia da República para assistir à votação do projecto de resolução para consagrar o 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento;
 09FEV – Sessão/Debate na Praia da Vitória, Terceira, Açores, no âmbito das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”. ANS representada por C.Colaço, H.Pinheira e L.Coelho;
 09FEV – Almoço Comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na Praia da Vitória, Terceira, Açores. ANS representada por C.Colaço, H.Pinheira e L.Coelho; 09FEV – Cerimónia na sede social do CSA, em Lisboa, para

a Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais do CSA. ANS representada por M.Ramos;
 09FEV – Jantar Comemorativo, no âmbito do encerramento das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em 2019, em Ponta Delgada, S. Miguel, Açores. ANS representada por C.Colaço e L.Coelho;
 14FEV – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;
 18FEV – Reunião no Hotel Mundial, em Lisboa, preparatória para a Sessão/Debate do dia 22FEV. ANS representada por L.Coelho;
 21FEV – Reunião Extraordinária da Direcção da EUROMIL, no Hotel Fénix, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
 22FEV – Sessão/Debate no Hotel Mundial, em Lisboa, promovido pelas três APM (ANS, AOFA e AP) com a participação dos dirigentes da EUROMIL, subordinada ao tema “A Realidade do Sindicalismo Militar na Europa”;
 22FEV – Cerimónia na sua Sede Social, em Lisboa, do 44º Aniversário do CSA. ANS representada por R.Graça;
 26FEV – Reunião na Bateria da Laje, em Oeiras da Comissão Executiva para a Homenagem Nacional aos Combatentes em 10JUN2019. ANS representada por L.Coelho;
 26FEV – Reunião com o Gabinete de Apoio Jurídico, em Lisboa;
 27FEV – Conferência na Academia da Força Aérea, em Sintra, proferida pelo Director Nacional da PJ, subordinada ao tema “Valores, Lei e Crime – Um Desafio para as Novas Gerações”;
 27FEV – Cerimónia na Messe das ICM, Terreiro do Paço, do 19º Aniversário da AP. ANS repre-

sentada por M.Ramos. EUROMIL representada por L.Coelho;
 28FEV – Reunião com Sargentos da FAP, em Colares. ANS representada por L.Coelho;
 07MAR – Audição das APM na Comissão de Defesa Nacional, no âmbito do chamado “Caso de Tancos”. ANS representada por M.Ramos;
 07MAR – Reunião com Sargentos da FAP na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
 08MAR – Cerimónia no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, por ocasião da Entrega de Mérito Municipal ao Movimento Democrático de Mulheres. ANS representada por L.Coelho;
 09MAR – Concentração e manifestação promovida pelo Movimento Democrático das Mulheres, nos Restauradores, em Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão, H.Pinheira e A.Martins;
 09MAR – Cerimónia, na Casa do Alentejo, em Lisboa, da Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ANS para o biénio 2019/2020;
 13MAR – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa.

Quando se procede ao fecho desta edição de “O Sargento”, estão em preparação as actividades inerentes à recente tomada de posse dos novos dirigentes. Para além disso estão em preparação as iniciativas que assinalam os trinta anos de existência da ANS. Naturalmente que vão merecer especial atenção todas as questões socioprofissionais que afectam os militares, em geral, e os Sargentos em particular. ▲

Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt ou no Facebook em www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
 - GLASSDRIVE
 - INSTITUTO QUINTINO AIRES
 - EMARA TRAVEL
 - CLÍNICAS LEVITATE
 - INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
 - FITOCLINIC
 - FITNESS HUT

ZONA NORTE:

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
 - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
 - CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
 - ÓPTICA DA MALVEIRA
 - VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS

ZONA SUL:

- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA

- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
 - RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
 - CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
 - HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
 - CLÍNICA VIDAMED
 - FARMÁCIA EUSIL
 - ÓPTICA BERNA
 - CLÍNICA O MEU MÉDICO
 - CLÍNICA PELVICLINIC
 - CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
 - MÉDICO SOBRE RODAS
 - SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
 - MONTICORPO
 - DRAGONFLY

- FAZ UM “LIKE” NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos

- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
 - A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT ▲



Os 45 anos do 25 de Abril



25 de Abril

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E Livres habitamos a substância do tempo

*Sophia de Mello Breyner Andresen,
In "O Nome das Coisas"*

45 anos depois de "E Depois do Adeus" e de "Grândola Vila Morena", terem sido o sinal para o início das operações, estão já em preparação as comemorações que assinalam aniversário da Revolução de 25 de Abril, que incluem, entre muitos outros eventos, o desfile comemorativo na Avenida da Liberdade, em Lisboa, no próprio dia 25 de Abril, mas também o almoço comemorativo organizado em conjunto pelo CSA-Clube do Sargento da Armada, pelo CPA-Clube de Praças da Armada, pela ANS-Associação Nacional de Sargentos, pela AOFA-Associação dos Oficiais das Forças Armadas e pela AP-Associação de Praças, em data e local a anunciar brevemente.

Informa-te junto do teu Clube e/ou da tua Associação e participa nos eventos comemorativos dos 45 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974. ▲



8 de Março – Dia Internacional da Mulher

Assinalando o Dia Internacional da Mulher, a ANS dedica este poema de José Carlos Ary dos Santos a todas as mulheres em geral, mas muito em particular a todas as camaradas militares, com uma particular referência àquelas que, no cumprimento da missão, se encontram distantes do ambiente familiar!

Dedica também às mulheres que, nunca tendo envergado um uniforme militar, sentem na pele as dificuldades da Condição Militar vivida pelos seus entes queridos.

O Dia Internacional da Mulher - que deve ser entendido como tal, todos os dias do ano - assinala uma luta de longos anos que se irá prolongar na procura de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna! ▲

MULHER

*A mulher não é só casa
mulher-loiça, mulher-cama
ela é também mulher-asa,...
mulher-força, mulher-chama*

*E é preciso dizer
dessa antiga condição
a mulher soube trazer
a cabeça e o coração*

*Trouxe a fábrica ao seu lar
e ordenado à cozinha
e impôs a trabalhar
a razão que sempre tinha*

*Trabalho não só de parto
mas também de construção
para um filho crescer farto
para um filho crescer são*

*A posse vai-se acabar
no tempo da liberdade
o que importa é saber estar
juntos em pé de igualdade*

*Desde que as coisas se tornem
naquilo que a gente quer
é igual dizer meu homem
ou dizer minha mulher*

ARY DOS SANTOS

VIOLÊNCIA PRECONCEITO DESIGUALDADE

**UMA DATA COM MOTIVOS DE SOBRA
PARA MUDAR ESSA REALIDADE**

8 DE MARÇO • DIA INTERNACIONAL DA MULHER